



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- DO DIA 24 JUNHO DE 2016 -----

----- ACTA NÚMERO DEZASSEIS -----

----- Aos vinte dias e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu no Edifício do Centro Social de Sameiro, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e pela Senhora Segunda Secretária Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções do Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação das Contas Consolidadas referentes ao ano de 2015-----

----- Ponto três, dois: Apreciação da informação, datada de 04 de maio de 2016 e deliberação sobre os seguros de acidentes pessoais – Membros dos órgãos autárquicos (Assembleia Municipal).-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Frente Ribeirinha do Zêzere e da Área de Atividades Económicas de Manteigas.-----

----- Ponto três, quatro: Retificação ao Mapa de Pessoal de 2016, no que respeita à identificação da Divisão de Planeamento de Obras e Urbanismo (DPOU).-----

----- Ponto três, cinco: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, a Senhora Segunda Secretária os Senhores Deputados Municipais: Manuel José Correia Silva Carvalhinho, Daniel António Quaresma Costa, Nuno Manuel Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Ana Catarina Félix Vinagre, António Miguel Aldeia Carvalho, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo, Odete da Graça Ganiha Almeida, José Manuel Abrantes Lopes, Luís Miguel Gaspar Matos Soares, Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, Paulo Manuel dos Santos Costa e Carlos Manuel Figueiredo Viegas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Não se encontravam presentes a Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira, o Senhor Deputado Flávio Miguel Tacanho Massano e Senhora Deputada Matilde Rosa Ambrósio Cardoso, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, o Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão e o Senhor Deputado Luís Miguel Gaspar Matos Soares que compareceram.-----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga e Paulo Jorge Ribeiro Estrela. O Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho comunicou a sua ausência por motivos de ordem pessoal-----

----- **Às vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes e em particular a população de Sameiro, uma vez que os trabalhos desta sessão decorriam nesta Freguesia.-----

### -----PONTO 1.DA ORDEM DE TRABALHOS-----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições deu como encerrado o período de intervenção do público.-----

### -----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

#### -----PONTO 2.1-----

#### -----APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa no uso da palavra informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia uma proposta de correção, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, à Ata número quinze da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil de dezasseis, que em seguida leu. Desta forma na página 693, na terceira linha onde se lê: *“Explanou que o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria estava empenhado em licenciar aquele Parque”*, deverá ler-se: *“Explanou que o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria está empenhado em licenciar aquele Parque”*. Onde se lê: *“Neste âmbito referiu que pretendia sensibilizar todos os Senhores Deputados no sentido de poderem usar todas as ferramentas”*, deverá ler-se: *“Neste âmbito referiu que pretendia sensibilizar todos os Senhores Deputados e elementos do órgão executivo no sentido de poderem usar todas as ferramentas”*. Indicou que ainda na mesma página, no quarto parágrafo onde se lê: *“Esclareceu que atividades como pernoitar e merendar no espaço são permitidas”* deverá ler-se: *“Esclareceu que atividades como pernoitar e merendar naquele espaço são permitidas”*.-----

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa dando seguimento à leitura da proposta de correção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria referiu que, na página 694, no primeiro parágrafo onde se lê: *“O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Maria esclareceu aquele espaço pertence ao Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, sendo que estavam empenhados neste processo. Explicou que a Casa do Guarda, os sanitários e o bar, são da propriedade do Estado, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), disse que neste processo para haver licenciamento aquele património tem que estar ligado ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), não pode haver dois donos do mesmo espaço, neste sentido estavam à espera que esses imóveis fossem vendidos ou cedidos para se iniciar o processo de licenciamento. Informou que já foi elaborado um projeto para o local embora ainda não tenha sido submetido, porque há a necessidade de primeiro resolver a situação dos imóveis, assim que essa parte esteja resolvida irão avançar com o processo de licenciamento e nesse sentido reiterava o pedido para que tudo fosse agilizado com a máxima celeridade”, deverá ler-se: “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria esclareceu os Senhores Deputados que, aquele espaço é cogido entre Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, uma vez que é uma parcela baldia de Santa Maria por esse motivo estavam empenhados neste processo. Explicou que a Casa do Guarda, os sanitários e o bar, são da propriedade do Estado, do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), disse ainda que neste processo para haver licenciamento aquele património tem que estar ligado ao Parque de Campismo do Covão da Ponte, não pode haver dois donos do mesmo espaço, neste sentido estavam à espera que esses imóveis fossem vendidos ou cedidos por protocolo para se iniciar o processo de licenciamento. Informou que já foi elaborado um projeto para o local embora ainda não tenha sido submetido para licenciamento, porque há a necessidade de primeiro resolver a situação dos imóveis, assim que essa parte esteja resolvida irão avançar com o processo de licenciamento e nesse sentido reiterava o pedido a todos os presentes no sentido de prestarem a sua contribuição no processo da reabertura do Parque de Campismo do Covão da Ponte”.-----*

Por último, aludiu que o Senhor Deputado Alfredo Marcelo tinha solicitado à Mesa da Assembleia que fosse efetuada uma alteração na sua intervenção, na página 695, assim sendo onde se lê: “Depois perguntou quando se colocava a palavra “Vasco da Gama””, deverá ler-se: “Depois perguntou quando se colocava a placa “Vasco da Gama””.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes, elucidou que na página 652, na sua intervenção onde se lê: “mas de respostas que se prolongam ad eternum rei perpetuam”, deverá ler-se: “mas de respostas que se prolongam ad aeternum rei perpetua.”. Informou que na sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis tinha realizado uma intervenção, onde colocou uma serie de questões ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que deveriam estar explanadas na página 672 da Ata número quinze e que não constavam da mesma, assim como não constava a resposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara a essas mesmas questões. Assim sendo, solicitou que fosse feito o aditamento da sua intervenção e respetiva resposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara na Ata



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

número quinze da Assembleia Municipal. Desta forma na página 672, após a intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara deverá ler-se o que em seguida se reproduz: “A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra questionou o Senhor Vice-presidente da Câmara sobre quem era o devedor do arrendamento do espaço municipal conhecido como Casa da Árvore, ao que o mesmo informou ser o anterior arrendatário. Face à imputação de tal dívida ao atual arrendatário perguntou ao mesmo membro do executivo se o atual arrendatário era uma espécie de herdeiro de dívidas.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que não percebia do assunto, mas era esse o entendimento sufragado pela jurista da CMM.”-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se os Senhores Deputados desejavam apresentar mais propostas de correção à Ata número quinze, verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria colocou a **Ata número quinze da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis** à votação tendo  **sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.**-----

### -----PONTO 2.2-----

#### -----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha sido recebido um correio eletrónico de uma munícipe, a **Senhora Patrocínia Rabaça** que leu e que em seguida se transcreve:-----  
“No passado dia vinte e sete desloquei-me a Manteigas, para descansar e usufruir da tranquilidade da vila, mas infelizmente isso não foi possível.

A um passo e meio da janela do quarto, onde durmo, da casa situada na Rua do Triunfo n.º 148 Manteigas – (Eirô), está durante o dia um rebanho de ovelhas. Durante a noite, as ovelhas dormem dentro de um barracão, um pouco mais afastadas, mas com o barulho dos chocalhos é impossível dormir. Por outro lado, existe um cão que ladra toda a noite e nesta altura do ano, já é bastante notório o cheiro desagradável devido aos animais, bem como a presença de muitas moscas.

Já falei pessoalmente com o dono do rebanho. Causa-me algum desconforto ter que apelar a sua colaboração para a resolução deste problema.

Solicito a Vossa Excelência a maior colaboração no sentido de resolvermos da melhor maneira esta situação, a fim de todos podermos viver em harmonia.”

-----  
O Senhor Presidente da Assembleia elucidou que a situação explanada pela munícipe não era da competência do órgão deliberativo, contudo dar-se-ia uma resposta à Senhora Patrocínia Rabaça, que seria informada que tal assunto deveria ser exposto à Câmara Municipal, uma vez que era o órgão competente para tratar dessa matéria, ao órgão deliberativo cabia apenas avaliar a ação do Município. Alertou que Câmara Municipal no tratamento deste assunto deveria ter em linha de conta a questão do Plano Diretor Municipal (PDM) e se o barracão em causa está devidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

licenciado.-----  
Indicou que do **Grupo Parlamentar Os Verdes** foi recebido uma missiva a dar nota do *Projeto de Resolução – Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de Programa na Televisão Digital Terrestre (TDT)*. Referiu que no que concerne a Manteigas e a Sameiro não tinha conhecimento que se registassem problemas sobre esta matéria, aludiu que em tempos tinha havido problemas em Vale de Amoreira, mas que já estava tudo resolvido.-----

Ainda do **Grupo Parlamentar Os Verdes**, disse que foi remetido um *Projeto de Lei n.º 268/XIII/1ª, que visa propor a obrigatoriedade da existência de ementa vegetariana em todas as cantinas ou refeitórios dos serviços e organismos da Administração Pública, Central, Regional e Local, bem como dos institutos públicos que revistam natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos, como opção às demais ementas servidas.*-----

Aludiu que o **Presidente da Assembleia Municipal de Anadia**, o Senhor Engenheiro Adriano Martins Aires, fez chegar à Assembleia Municipal de Manteigas uma Moção, onde se manifesta repúdio às disposições constantes no Despacho Normativo n.º 1-H/2016, no tocante à liberdade de matrícula dos alunos nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação. Colocou tal Moção à disposição dos Senhores Deputados que a desejassem consultar.-----

Informou que tinha recebido da **Câmara Municipal de Manteigas**, no dia anterior à data desta sessão um Mapa – Balanço Volumétrico e Financeiro de Água de Abastecimento e Águas Residuais (2013-2016), que vinha dar conhecimento dos caudais e volumes, sendo que já tinha solicitado aos serviços de apoio ao órgão deliberativo, que reencaminhassem este mapa aos Senhores Deputados. Referiu que a questão que se colocava é se este mapa trata da informação que decorre da obrigatoriedade imposta pela lei sobre o Saneamento Financeiro e Plano de Financiamento. Considerou que oportunamente este assunto seria discutido pelo órgão deliberativo no ponto da Ordem do Dia. Questionou se alguém desejava usar da palavra sobre o expediente apresentado, verificando que não havia inscrições dos Senhores Deputados para intervir deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----PONTO 2.3-----

-----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como aberta as inscrições, verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira de intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, solicitou um voto de louvor à Assembleia Municipal, porque no dia vinte e três de junho do presente ano foi comemorado os cem anos da publicação do Decreto-lei da criação da Freguesia, enquanto entidade pública, tendo esta sido separada da Igreja e desta forma deixaram de ser Juntas da Paróquia para passar a ser Juntas de Freguesia, portanto tratou-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se da comemoração dos cem anos do Decreto-Lei que permitiu a criação das Freguesias em Portugal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém deseja intervir sobre o voto de louvor solicitado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria colocou o **Voto de Louvor pela criação das Freguesias, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira**, à votação tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa. Aludiu que ia começar a sua intervenção por abordar dois temas que tinha levantado no último ponto da Ordem de Trabalhos da sessão pretérita da Assembleia Municipal. O primeiro assunto prendia-se com o facto de a Caixa Geral de Depósitos ter retirado os dois multibancos da Rua 1.º de Maio. Explicou que a sua questão não tinha a ver com o facto de estar preocupado se aquele espaço é da Caixa Geral de Depósitos ou de outro Banco qualquer, mas sim com o facto de em determinados picos de turismo em Manteigas os dois Multibancos que existem e uma caixa automática, serem no seu ponto de vista manifestamente insuficientes para as pessoas poderem levantar dinheiro e desta forma consumirem em Manteigas.-----

Questionou o órgão executivo através do Senhor Presidente da Mesa se já foram efetuadas diligências junto da Caixa Geral de Depósitos ou junto de outra instituição Bancária de forma a tentar-se suprir esta falha, que no seu ponto de vista se virá a verificar a breve trecho.-----

Referiu que a segunda questão dizia respeito ao Parque da Várzea, recordou que já tinha afirmado anteriormente que esta autarquia tinha decidido tornar o Parque da Várzea, que era um projeto diferente e único no país, num mono, sendo que mantinha a sua opinião, contudo aludiu que a Câmara Municipal tinha decidido fazer uma hasta pública para a cedência de utilização do Parque da Várzea e como tal tinha algumas questões relativas a essa hasta pública.-

Fez alusão ao artigo 5.º da Hasta Pública, relativamente ao pagamento, onde é referido: “O valor da adjudicação será pago no prazo máximo de dois dias úteis, contados do dia da adjudicação”, questionou se o pagamento será relativamente a um mês ou ao total do valor adjudicado. Referiu que o artigo 7.º fazia menção às várias obrigações do concessionário, que são dezasseis. Afirmou que concordava com grande parte delas, contudo no que concerne à alínea “k) *Assegurar a gestão, manutenção e limpeza dos espaços verdes, do tanque e do lago do Parque;*” perguntou se será o concessionário que neste caso irá ter que adquirir o equipamento para assegurar essa manutenção e limpeza. Disse que esse serviço de limpeza, no seu ponto de vista irá requer algum equipamento, que nem duas pessoas terão em sua posse e que poderá ser algo dispendioso.-----

No que concerne à alínea l) considerou que esta alínea iria fazer com que este contrato, seja mais um contrato celebrado com a Câmara Municipal que não vai ser cumprido, à imagem do que aconteceu com a maioria dos equipamentos cedidos pelo Município, nomeadamente o Skiparque,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a Casa da Árvore, entre outras, uma vez que diz o seguinte: “Assegurar a abertura e funcionamento do espaço aos Sábados, Domingos e feriados, nas férias escolares do Natal, Carnaval e Páscoa e todos os dias compreendidos entre o dia 1 de julho e 15 de Setembro, sem prejuízo de abertura e funcionamento nos restantes dias do ano;”. Explanou que concordava que com facilidade o concessionário iria abrir o espaço nestes períodos de férias escolares, contudo disse que não acreditava que algum concessionário cumprisse na totalidade com esta alínea, uma vez que no inverno aquela zona tem muitos pontos em que o sol nunca chega a incidir. Assim sendo, questionou o motivo de o concessionário ser obrigado a abrir o espaço aos sábados e domingos, indicou que na sua opinião não fazia sentido.-----

Relativamente ao artigo 8.º *Obrigações do Município*: “O Município fica constituído na obrigação de gerir e efetuar a manutenção da fonte de jato do lago e seus equipamentos complementares.” Declarou que esperava que de facto o Município cumprisse tal obrigação, mas que não fizesse como fez no jardim da Vila, que também tinha essa obrigação, no entanto era de conhecimento que inicialmente a fonte tinha nove jatos, depois passaram para sete, de sete para cinco e depois trabalharam apenas três, até que a Câmara optou por desistir dos jatos de água. Fez votos que o mesmo não venha acontecer no Parque da Várzea.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra explanou que no ponto dois dois – expediente recebido - da Ordem de Trabalhos por lapso não referiu que foi recebido do Jornal *Notícias de Manteigas* um e-mail a pedir autorização para gravar as sessões da Assembleia. Informou que tinha autorizado a respetiva gravação, uma vez que considerou não haver qualquer inconveniente, dado que estas sessões da Assembleia são públicas. Assim sendo, deu conhecimento que estava presente uma jornalista do *Notícias de Manteigas* para realizar esse trabalho, caso os elementos do órgão deliberativo não vissem qualquer inconveniente.-----  
Verificando a intenção do Senhor Deputado António Miguel em dar continuidade à sua intervenção concedeu novamente a palavra.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel no uso da palavra referiu que gostaria de ter conhecimento do que foi feito do material que pertenceu ao Solar da Castanha e à Casa Etnográfica. Informou que o próprio era uma das pessoas interessadas nesse material, tendo sido informado há cerca de um ano atrás, por funcionários da Câmara Municipal, que iam ser feitos lotes que foram leiloados, como tal gostaria de ser informado se já foram feitos esses lotes, se já foram leiloados e se não foram quando serão.-----

Disse que outro ponto que pretendia abordar prendia-se com as piscinas municipais, uma vez que era comentado na vila de Manteigas que muito provavelmente as piscinas municipais não iriam funcionar na época estival do ano em curso, por falta de nadador-salvador. Invocou que tinha visto na internet uma publicação, que não era da Câmara Municipal, era da Associação Manteigas Solidária, neste seguimento colocou uma série de questões, tais como qual o motivo de ser a Associação Manteigas Solidária a fazer este tipo de contratos, se existe algum protocolo entre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esta associação e a Câmara Municipal, se a Associação Manteigas Solidária ainda existe, na medida em que julgava que já tinha sido extinta, uma vez que já há muitos anos que não se ouvia falar desta Associação, tendo constatado que eventualmente deverá ainda existir dado que abriu procedimento para contratar duas pessoas para nadador-salvador para as piscinas municipais.----

Aludiu que o último ponto que pretendia abordar nesta intervenção, dizia respeito à informação que tinha solicitado à Câmara Municipal sobre as ajudas de custo. Indicou que ainda não tinha recebido a informação que pretendia, contudo a mesma ia chegando aos poucos e cada vez mais completa. Elucidou que embora a informação que lhe foi cedida ainda não estivesse completa, mas que já dava para perceber o motivo de não lhe ter sido entregue imediatamente. Declarou que o Município lhe tinha feito chegar uma folha com a informação por si solicitada, tendo constatado a gravidade da situação e que posteriormente pediria que a mesma fosse distribuída a todos os elementos da Assembleia Municipal.-----

Elucidou os membros do órgão deliberativo dos dados contidos nessa informação, sendo que no ano de dois mil e doze o anterior Presidente da Câmara, o Senhor Esmeraldo Carvalhinho, recebeu três mil e quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e sete cêntimos (3.591,57€) de ajudas de custo, o Senhor Vereador Marco Veiga recebeu mil trezentos e trinta euros e cinquenta e quatro cêntimos (1.330,54€), o que faz um total de quatro mil novecentos e vinte e dois euros e onze cêntimos (4.922,11€), o Senhor Vereador António Fraga não recebeu qualquer valor de ajudas de custo. No que concerne ao ano de dois mil treze indicou que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho recebeu dois mil novecentos e oitenta e um euros (2.981,00€), o Senhor Vereador Marco Veiga recebeu mil cento e três euros (1.103,00€), o que faz um total de quatro mil quinhentos e vinte e nove euros (4.529,00€).-----

Na sua opinião disse que estes valores lhe pareciam bastante razoáveis e divididos por onze meses, dado que um mês é aproximadamente o mês de férias, em média o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho tinha recebido trezentos e vinte e seis euros por mês (326,00€), o Senhor Vereador Marco Veiga tinha recebido em média cento e vinte euros (120,00€) por mês. Fazendo a mesma média para o ano de dois mil e treze o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho recebeu duzentos e setenta euros (270,00€) por mês e o Senhor Vereador Marco Veiga recebeu cem euros (100,00€) em média por mês, o que considerou não ser nada de alarmante.-----

No que diz respeito ao ano de dois mil e catorze o Senhor Presidente José Manuel Custódia Biscaia recebeu no total de ajudas de custo mil oitocentos e vinte euros (1.820,00€), o que disse também não ser nada de alarmante, dava em média cento e sessenta e cinco euros por mês (165,00€), contudo o Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso recebeu o total de ajudas de custo de quatro mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos (4.948,24€), o que dava em média quatrocentos e quarenta e nove euros (449,00) por mês. Informou que no ano de dois mil e quinze o Senhor Presidente da Câmara recebeu o total de dois mil cento e quarente e sete euros (2.147,00€), o que significava uma média de cento e noventa e





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cinco euros (195,00€) por mês, o Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso recebeu o valor de sete mil trezentos e quarenta e cinco euros (7.345,00€) em ajudas de custo, o que dava em média seiscentos e sessenta e sete euros (667,00€) por mês. O Senhor Deputado António Miguel referiu que este valor é mais elevado do que aquele que a maioria das pessoas que trabalha de sol a sol recebem neste país.-----

Mencionou que gostaria que o Senhor Vice-Presidente explicasse como é que justificava estes valores. Questionou como é que o Vice-Presidente da Câmara que é conhecido por ser um homem de gabinete e que faz o seu trabalho dentro do gabinete, apresenta sete mil trezentos e quarenta e cinco euros (7.345,00€) em ajudas de custo. Declarou que estava chocado com isto, mas que certamente haveria uma justificação, embora ainda não a tivesse, mas continuaria a insistir para ser informado a que correspondiam estes valores. Explanou que em transporte próprio foram pagos cinco mil trezentos e cinquenta e oito euros (5.358€), questionou o motivo, se a Câmara Municipal tem duas viaturas, possui um *BMW* e um *Nissan Qashqai*, se há carros da Câmara Municipal porquê é que não se deslocam nos carros da Câmara. Disse que única conclusão a que conseguia chegar é que era utilizada a viatura própria para ganhar dinheiro.-----

Aludiu que existia ainda outra questão que gostaria de colocar, mas que não a ia suscitar nesta sessão por uma questão de elegância, principalmente para quem não estava presente, sendo que faria essa intervenção na próxima reunião, esperando que a pessoa visada já estivesse presente.-

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que apenas ia intervir em prol da defesa da honra, porque não tinha autorizado nenhuma das despesas que o Senhor Deputado António Miguel tinha mencionado. Esclareceu que quando utiliza a sua própria viatura é porque a Câmara Municipal não tem nenhum veículo que no seu entendimento lhe ofereça condições de segurança. Declarou que não conduzia o *Nissan Qashqai*, nunca o conduziu nem o pretendia fazer, porque considera ser uma viatura que não tem condições de segurança.-----

Explanou que o Senhor Deputado António Miguel devia de registar que a Câmara Municipal de Manteigas ao contrário de todas as Autarquias deste país, para além de terem as viaturas associadas quer ao Presidente da Câmara, quer ao Vice-Presidente, em todas as reuniões onde vai as pessoas deslocam-se com uma viatura da Câmara e com motorista. Declarou que o Município de Manteigas nunca lhe tinha pago por ser ele próprio o motorista, sendo que todas as despesas associadas às deslocações que efetua pela Câmara Municipal são menores do que seriam os encargos que o Município teria com um único motorista para esse efeito. Explanou que quando fez a viagem a Paris, em que ele próprio foi a conduzir e não optou por se deslocar de avião, gastou um terço do que gastaria se fosse de Manteigas para Lisboa e depois viajasse nesse meio de transporte, sendo que ainda levou quatro pessoas consigo, nomeadamente empresários e funcionários da Câmara. Indicou que somente um vereador de uma Câmara pequenina e com problemas financeiros como a de Manteigas é que faz este esforço.-----

Afirmou que se sentia acima de tudo ofendido com as apreciações proferidas, disse serem de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma perfeita idiotice, uma afronta e ofensa a quem está a defender o interesse público, a zelar e a fazer poupanças a favor do Município.-----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, aludiu que por uma questão de princípio já tinha referido que não abordaria mais a questão da limpeza dos ribeiros, contudo sentia-se na necessidade de por uma última vez apelar ao órgão executivo que procedesse à limpeza de todos os ribeiros de Manteigas.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra cumprimentou todos os presentes, disse que era com muito gosto que via esta sessão da Assembleia decorrer na sua freguesia, porque tinha muito gosto em ser de Sameiro e de estar nesta terra que é a sua freguesia. Explanou que a sua intervenção ia no sentido de levantar algumas questões, sendo que algumas surgiam no seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Miguel, que tinha levantado uma preocupação muito séria, com o tom e com a acusação que foi feita e pela forma como foi exposto o tema.-----

Aludiu que não queria de forma nenhuma tecer qualquer comentário em termos quantitativos, nem qualitativos porque não o podia fazer, uma vez que não possuía os dados que o Senhor Deputado António Miguel tinha em sua posse. Contudo, disse ser preocupante para todos os que trabalham com dinheiros públicos, ouvirem falar dos números que foram apresentados e por isso parecia-lhe urgente, até porque este assunto já não era a primeira vez que era abordado na Assembleia Municipal, embora não tivesse sido anteriormente abordado com a veemência com que foi exposto nesta sessão, portanto na sua opinião impunha-se pelos quantitativos que foram apresentados que todos os membros da Assembleia tenham acesso aos valores que o Senhor Deputado António Miguel referiu. Disse que era importante todos terem consciência do parco orçamento da Câmara Municipal e da bondade de utilização dos dinheiros que têm.-----

Indicou que embora nesta sessão não tivessem as condições necessárias para discutir este assunto, mas que no seu ponto de vista era importante que fosse devidamente esclarecida não só esta situação, mas todos os valores que foram pagos a todos os membros, quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo nestes dois últimos mandatos. Considerou pertinente discutirem este tema e perceberem o que se faz com o dinheiro da Câmara. Declarou que não pode haver de forma nenhuma desperdícios de fundos, o Município tem um orçamento parco e limitado, portanto era pertinente esclarecer a legalidade acima de tudo, porque todos têm de ter em atenção que estavam obrigados à lei, o que não queria com isto dizer que houvesse ou não ilegalidade.-----

Pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que na próxima reunião do órgão deliberativo, em Setembro fosse discutido este tema, pudessem ter um esclarecimento cabal não só das questões que o Senhor Deputado António Miguel suscitou, mas também de toda esta situação. Disse, que contudo esperava que esta solicitação não caísse no mesmo saco, em que caiu o outro pedido que lhe tinha feito, para que incluísse na Ordem de Trabalhos de Abril a questão do Complexo da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relva da Reboleira, uma vez que fazia seis anos que a Câmara e o órgão deliberativo aprovaram esse contrato de concessão desse espaço, tendo recordado que o Senhor Presidente da Mesa tinha anuído que tal assunto seria agendado.-----

Informou que tinha compreendido que o Senhor Presidente da Assembleia na última sessão não tivesse incluído este assunto na ordem de trabalhos por a mesma ser já bastante extensa, porque a Assembleia tinha as Contas para aprovar, assim como por haver várias situações prementes. Contudo, esperava que o Senhor Presidente da Assembleia não o tendo feito na última sessão de abril tivesse agendado para esta sessão este tema, contudo não o fez e inclusivamente nesta reunião o Senhor Deputado António Miguel também abordou o assunto do Complexo da Relva da Reboleira, não pelos melhores propósitos infelizmente, mas a verdade dos factos é que o contrato foi aprovado nesta Assembleia e merece uma atenção, porque é um espaço do nosso concelho, por tudo aquilo que foi dito nesta Assembleia e em outros sítios e por todos os antecedentes.-----

Indicou que na sua opinião é um assunto nobre que merece da parte do órgão deliberativo e da sua parte que muitas horas trabalhou, com todo o gosto, para estar lá o equipamento que está e para todos os munícipes, essencialmente os de Sameiro que têm muito orgulho daquela obra. Por todos estes motivos declarou que mereciam que este tema fosse discutido nesta sessão, uma vez que decorria em Sameiro e tinha imensa pena que tal não tenha acontecido, contudo teria todo o gosto em discutir esta matéria em Vale de Amoreira, por isso gostaria que na sessão de setembro o Senhor Presidente da Assembleia incluísse este tema na ordem de trabalhos.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra recordou que na sessão pretérita o munícipe Senhor José Abrantes Saraiva, tinha informado que a sua residência tinha sido alvo de infiltrações, o que originou consequentes danos materiais, provocadas por obras no arruamento. Recordou que a questão suscitada pelo munícipe prendia-se com o facto de já ter dirigido vários requerimentos à Câmara Municipal, onde esse assunto foi explanado e no entanto nunca obteve uma resposta. Neste sentido questionou o Senhor Presidente da Câmara através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa se o assunto em causa já tinha sido tratado e se já foi dada alguma resposta ao Senhor José Abrantes Saraiva.-----

No que concerne à questão colocada pelo Senhor Deputado António Carvalho questionou se a Câmara Municipal de Manteigas concessionou as piscinas municipais à Associação Manteigas Solidária, ou seja a que propósito havia uma oferta de emprego da Associação Manteigas Solidária, que é publicitada no *facebook* da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel no uso da palavra informou que segundo os cálculos que tinha efetuado o Senhor Vice-Presidente estava a insultar a inteligência das pessoas, isto porque de Manteigas a Paris são mil quatrocentos e setenta e três quilómetros, multiplicando por dois (que corresponde à viagem de ida e regresso) são dois mil novecentos e quarenta e seis quilómetros, que multiplicados por trinta e seis cêntimos (0,36€), que é o preço pago pelo quilómetro, dá o valor de mil e sessenta euros e cinquenta e seis cêntimos (1060,56€), tendo sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esse o valor que certamente teria recebido. Declarou que se o Senhor Vice-Presidente tivesse realizado essa viagem de avião, nos dias que correm teria pago cerca sessenta (60,00€) a setenta euros (70,00€) por pessoa.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou ter consigo fotocópias de simulações dos valores em que ficaria uma viagem de avião para Paris, para duas pessoas, tendo sido apurado o valor de três mil e sessenta euros (3.060,00€). Declarou que a informação que foi facultada em relação às ajudas de custo era falsa, sendo que assim que deu conta do erro solicitou imediatamente que fossem tiradas fotocópias do documento correto, para dar informação a todos os elementos da Assembleia. Indicou que no que concerne às ajudas de custo que submeteu a pagamento no ano de dois mil catorze, são no valor de mil e oitenta euros (1.080,00€) e no ano de dois mil e quinze correspondiam ao montante de setecentos e nove euros (709,00€), toda a outra componente tinha a ver com o reembolso dos transportes, tal como recebem todos os membros da Assembleia.-----

Informou que tinha remetido um ofício ao Senhor Presidente da Assembleia com essa informação, tendo entendido que o mesmo teria prestado essa informação a todos os membros do órgão deliberativo. Aludiu que não precisava sequer de estar a falar sobre este assunto, porque quem autorizava as suas despesas é o Senhor Presidente da Câmara, em função das necessidades de deslocação que a Câmara Municipal tenha, seja para onde for e infelizmente é cada vez mais necessário fazer deslocações, porque há cada vez mais reuniões fora de Manteigas. Alertou para o facto de que no apuramento destes valores das ajudas de custo, estava inserida uma viagem a Morlaàs, tendo ele próprio pago a gasolina, as portagens, como tal não era correto dizerem que houve valores que recebeu excessivamente, porque a maior parte desses montantes eram reembolsos de despesas.-----

No que diz respeito às piscinas, recordou que quando o atual executivo tomou posse encontrava-se uma trabalhadora a realizar um Contrato de Emprego Inserção pelo Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas (CCD), sendo que desempenhava funções no serviço de Contabilidade da Câmara Municipal, isto porque a Câmara não conseguiu na altura celebrar um contrato, tal como atualmente também não pode contratar pessoas e por esse motivo arranjou uma solução de modo a solucionar os problemas de funcionamento da Câmara. Explicou que neste momento a Câmara não pode contratar nadadores-salvadores, nem mais ninguém, por isso entrou-se em contacto com Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, tal como era hábito em situações análogas a esta, tendo a direção dessa entidade informado que não estava interessada em fazer esse processo. Explanou que neste seguimento o órgão executivo procurou uma entidade que viabilizasse uma situação destas.-----

Declarou que não pertence à Associação Manteigas Solidária pelo menos há um ano e meio, e o problema com que se deparam nesta situação é a inexistência de nadador-salvador. Indicou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

no dia em que decorreu esta sessão tinha falado com a empresa *Sabores Altaneiros*, tendo um dos seus representantes, referido que também não tinham nadador-salvador para a praia fluvial da Relva da Reboleira. Disse que a Câmara estava a tentar obviar esta situação junto de todas as entidades que trabalham com a área do desporto, contudo que tem sido difícil contratar nadadores-salvadores, porque os mesmos só querem trabalhar no litoral e no interior não existem. Afirmou que não existe nenhum contrato, nem nenhum protocolo neste sentido e só seriam celebrados contratos e protocolos depois de haver a garantia de que há nadadores-salvadores disponíveis para trabalhar.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel solicitou a palavra uma vez que não tinha terminado a sua intervenção. Referiu que o mais grave é o Senhor Vice-Presidente considerar que o *Nissan Qashqai* é bom e serve perfeitamente para os funcionários e não serve para ele. Por último, questionou que tipo de protocolo existe com a Associação Manteigas Solidária.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara reiterou que não existia nenhum protocolo. Afirmou que o Senhor Deputado António Miguel também não se podia queixar da Câmara, que durante estes anos todos nunca tinha pago eletricidade no seu estabelecimento comercial.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel no uso da palavra disse ser verdade que não pagava eletricidade, contudo não era caso único. Referiu que o equipamento mais importante do Skiparque, o teleski, não estava licenciado.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no seguimento da questão suscitada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, explicou que quando este tinha abordado o tema do Complexo da Relva da Reboleira, ficou à espera que lhe fizesse chegar a proposta que o Senhor Deputado queria ver discutida na Assembleia, contudo nunca tal lhe tinha feito chegar. -----

Declarou que não pode introduzir na ordem de trabalhos um tema quando desconhece o que o Senhor Deputado Nuno Soares deseja ver discutido sobre esse assunto, por isso indicou que lhe fizesse chegar uma proposta para introduzir na ordem de trabalhos. Relativamente às contas do Skiparque disse, caso fosse isso a que o Senhor Deputado se queria referir, que elas foram discutidas aquando da apreciação das contas da Câmara Municipal e era um assunto que julgava que estava a ser tratado entre a Câmara Municipal e os Sabores Altaneiros, portanto no que diz respeito a essa matéria considerou que também ela foi esclarecida. Mencionou que estava inteiramente disponível para que em setembro fosse introduzida na ordem de trabalhos aquilo que o Senhor Deputado queria ver discutido e que admitia que fosse um plano estratégico para o Skiparque.-----

O Senhor Presidente da Mesa disse que tinha uma moção para propor à Assembleia que se prendia com a data em que decorreu esta reunião, uma vez que se tratava de uma data histórica devido à saída do Reino Unido da União Europeia, informou que já estava subscrita por alguns dos Senhores Deputados e imediatamente leu o que em seguida se reproduz:

“Moção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*A Assembleia Municipal de Manteigas reunida em sessão ordinária no dia em que foi conhecido o resultado do referendo que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia, não pode deixar de se contristar, para usar as palavras do Senhor Presidente da República, com a situação assim criada.*

*Por muito contristados, para continuar a usar a lúcida adjetivação do Senhor Presidente, que os Portugueses estejam com a sua experiência na União Europeia, a Assembleia Municipal de Manteigas não pode deixar de repudiar o oportunismo dos partidos de extrema-direita europeia que ao longo do dia se têm regozijado com este resultado. Reclamam-se de um nacionalismo demagógico que mais não visa do que a destruição de um grande projeto, único na história, de união voluntária de países, para assegurar a paz na Europa e a criação de um bloco de desenvolvimento económico e social exemplar. Merecem por isso o nosso mais vivo repúdio.*

*Manteigas e paços do Concelho aos 24 de junho de 2016*

*Os subscritores*

*António Manuel de Lemos Santos*

*Albino Saraiva Cardoso*

*Oriana Marina Cleto Abreu Morais*

*Daniel António Quaresma Costa*

*António Miguel Aldeia Carvalho*

*Alfredo Serra Carvalho Marcelo*

*José Manuel Abrantes Lopes*

*Joaquim Neves Biscaia*

*Paulo Manuel Santos Costa*

*Carlos Manuel Figueiredo Viegas”*

-----  
O Senhor Presidente da Mesa colocou a moção apresentada à discussão, questionou que se alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria, verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares explanou que sobre a moção apenas não votaria contra, porque obviamente como cidadão europeu gostaria que o projeto europeu fosse um projeto comum a todos os estados membros e que daí houvesse consequências reais. Explicou que não poderia votar favoravelmente no texto apresentado, pela sua referência à extrema-direita. Explanou que não se podiam esquecer que não é só a extrema-direita que está muito preocupada com este assunto, que está em festa, disse que as rolhas não saltaram só para a extrema-direita saltaram também para a extrema-esquerda. Referiu que o problema da saída do Reino Unido da União Europeia é muito mais complexo do que aquilo que este texto transmite, o que não estava com isto a querer menosprezar de forma alguma esta moção, contudo considerou que é um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assunto demasiado sério, profundo e importante para a vida de todos nós e para todos os que nos sucederem para ser aprovado numa singela forma, embora importante, mas que considerava não ser suficientemente abrangente, porque o problema do “Brexit” é muito profundo e muito abrangente, tem uma consequência histórica e tem uma raiz histórica.-----

Referiu que teriam que no mínimo fazer o reporte ao ano de mil novecentos e noventa e dois, ao tratado de Maastricht onde já na altura houve referendos a nível da União Europeia, que na altura era denominada de Comunidade Económica Europeia (CEE) e isto é um problema que se tem vindo a agravar. Aludiu que entendia este texto como uma forma de dizer que somos ou que temos um ideal comum, que é a congregação europeia, não nos podemos de forma alguma esquecer da Comunidade do Carvão e do Aço com o seu objetivo primordial de promover a paz na Europa e isso é um aspeto que considerou que ninguém punha em causa. Afirmou que esta situação do “Brexit” vai muito além daquilo que esta Assembleia, neste momento pode discutir e passa muito além daquilo que poderão aqui fazer. Face a tudo o que tinha exposto não ia votar favoravelmente, contudo comungava da sua ideia fundamental.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, explanou que este assunto é realmente muito complexo, disse que em termos ideológicos e não tendo nada a ver com o facto de ser independente da CDU, porque sempre teve as suas ideias próprias, mas sempre foi contra a entrada de Portugal na União Europeia, porque íamos perder a nossa nacionalidade, a nossa autonomia enquanto nação produtora e Portugal era efetivamente um dos maiores produtores, desde o azeite, a cortiça, o milho, na área das pescas entre outros diversos produtos.-----

Explanou que a ideia que tinha deste processo de entrada de Portugal para a União Europeia era a seguinte: deram a Portugal uns milhões, que depois foram desbaratados, em função de terem mandado queimar as traineiras desde Portimão até ao norte a Caminha, para que o nosso país deixasse de ter a possibilidade de ter o potencial que detinha na pesca, mandaram retirar oliveiras, carvalhos, sobreiros às toneladas, em contrapartida pagavam realmente milhões, mas na prática este país apesar de ser pequenino, na altura produzia, embora não fosse uma produção industrial, porque o Excelentíssimo Senhor António Salazar nunca quis que Portugal fosse um país industrializado, ao contrário do ditador de Espanha Francisco Franco. Isto porque se fossemos um país industrializado havia fábricas, havendo fábricas há Comunistas, se houvesse Comunistas era um problema, então não havendo fábricas não havia Comunistas, disse ser um conceito um bocadinho estranho. Pelo contrário o ditador Espanhol Francisco Franco era mais objetivo, há fábricas há Comunistas, se há Comunistas matam-se os Comunistas e continuam à mesma as fábricas a produzir, disse ter sido assim em Espanha.-----

Declarou que sempre foi contra a entrada de Portugal na União Europeia da forma como foi feita, destruindo um país ou melhor a capacidade de produção desse país, para se poder entrar numa Europa que tinha uma série de interesses e por isso tentaram eliminar a concorrência, porque nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

competíamos diretamente com eles, por esses motivos disse nunca ter concordado. Indicou que a Portugal só lhe faltava potenciar a indústria que nunca foi desenvolvida, porque em termos agrícolas e em termos turísticos o nosso país tinha um potencial impressionante, era preciso saber gerir e a falha era na gestão e não no resto. Explicou que ao longo dos anos tem vindo a verificar que eventualmente teria razão, talvez por mal baratarem os dinheiros que vinham da Europa, mas essas ajudas nunca fizeram o desenvolvimento que seria compatível com o que nós queríamos para o desenvolvimento de Portugal.-----

Atualmente disse que considerava esta história entre o “*BR Remain*” e o “*BR exit*”, muito complexa, pode haver um certo chauvinismo dos ingleses, com uma certa prosápia, a velha alma de acharem que sempre que foram uma potência, depois perderam essa potência com as colónias, à semelhança do que aconteceu com Portugal, que também erámos os maiores do mundo juntamente com Espanha e depois deixamos de ser. Referiu que a vantagem que traz a Portugal e aos restantes países da Europa em os Ingleses terem votado para sair da União Europeia, é o facto de a Alemanha, que é quem em conjunto com a França detém o poder económico, ver-se obrigada a ter de pensar que afinal tem de recuar um bocadinho e não pode estar a colonizar economicamente e desta forma tão agressiva todos os países da Europa, especialmente os do sul, porque nós somos os colonizados economicamente.-----

Considerou isto muito positivo porque obriga a que provavelmente Bruxelas e a Alemanha tenham que rever a inter-relação a nível económico com todos os países da Europa. Disse que isto era extremamente vantajoso, independentemente da sua ideia de ser contra estarmos na Europa. Indicou que não fazia ideia de qual era a posição do partido Comunista ou da CDU, porque como era de conhecimento não tinha uma ligação direta, tinha as suas ideias e desde que pertence ao órgão deliberativo nunca teve qualquer controle. Afirmou que sempre teve uma consciência abrangente, por isso estava perfeitamente à vontade na Assembleia para poder apoiar às vezes o Partido Socialista, outras vezes o Partido Social Democrata, podia apoiar pelo bom senso, porque era o mais correto.-----

Explicou que neste caso em específico não é um problema nacional, nem internacional, é um problema local, numa localidade que tem pouco mais de três mil habitantes, por isso apoia porque considera que é o melhor, embora pudesse estar errado, mas depois na realidade havia que provar isso. Disse que todos erram e se tal não acontecer não se progride. Declarou que ia abster-se de votar nesta Moção, considerou a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa uma proposta lindíssima do ponto de vista conceptual, mas não concordava com a mesma.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aludiu que não havia nenhum problema em o Senhor Deputado José Novo de Matos se abster de votar a Moção que tinha apresentado, não tendo ficado ofendido. No que concerne às interpretações desse Senhor Deputado referiu que cada um tem a sua ideia e nada tinha a dizer sobre essa matéria, contudo constatava que tinha uma posição coincidente com o PCP e a CDU sobre esse assunto.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, indicou que esta moção não pretendia ser um trabalho de fundo, muito menos um trabalho de longa duração sobre a questão da saída do Reino Unido da Europa, pretendia somente assinalar esta data e apenas tinha utilizado a adjetivação que lhe pareceu extremamente correta do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o “contristar”, que era de facto um adjetivo não usual, contudo considerou que tinha encontrado a palavra certa porque não disse “desiludido”, disse “contristado” com esta situação e portanto no seu ponto de vista esta Moção é apenas um apontamento que deve ficar para a posteridade nas Atas da Assembleia Municipal de Manteigas e no fundo repudiar os Partidos de extrema-direita, que foram aqueles que se gozizaram.-----

Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou **a Moção por si apresentada, sobre a saída do Reino Unido da Europa** à votação tendo **sido aprovada**, com **nove votos a favor e nove abstenções**, sendo que no momento da votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não se encontrava presente para exercer o seu direito de voto.-

----- A Senhora Deputada Odete Ganiha solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, que recebeu tão bem esta sessão do órgão deliberativo. Referiu que não tinha entendido o motivo da Associação Manteigas Solidária estar a recrutar pessoas para equipamentos que são da propriedade da Câmara Municipal de Manteigas. Relembrou o Senhor Vice-Presidente da Câmara que já era de conhecimento de todos que a Câmara não pode contratar, no entanto e sublinhou a palavra “relembrar” que a Câmara pode efetuar prestações de serviços através dos conhecidos recibos verdes, evitando assim a aprovação de uma Associação com quem a Câmara não tem protocolo e visto que nenhuma ligação existe, disse continuar sem entender como esta Associação sem qualquer direito legal sobre a Câmara Municipal de Manteigas, emite na sua página de facebook a contratação para a Câmara Municipal de Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa pediu à Senhora Deputada Odete Ganiha que esclarecesse se a Câmara podia contratar pessoas, ao que esta última respondeu que a Câmara podia apenas abrir prestação de serviços através de recibos verdes.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra mencionou que não tinha entendido o esclarecimento prestado pelo Senhor Vice-Presidente, disse que segundo o que tinha entendido só após terem arranjado um nadador-salvador é que a Câmara pode protocolar ou de alguma forma contratar o serviço. Nesse caso questionou quem decidiu fazer isso e ao abrigo de quê competência legislativa isso foi decidido.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que não tinha nada a ver com a Associação Manteigas Solidária nem com as publicações que essa Associação faz, como tal não podia responder a essa questão.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa indicou que não fazia ideia se o Senhor Vice-Presidente da Câmara estava ligado ou não à Associação Manteigas Solidária e que podia ser o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Presidente da Câmara a responder às questões levantadas .-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que respondia às questões suscitadas pela Senhora Segunda Secretária da Mesa e pela Senhora Deputada Odete Ganilha, reiterou que não tinha nada a ver com a Associação Manteigas Solidária, nem tinha nada a ver com essa publicação.-----

No que concerne às ajudas de custo informou que já tinha consigo as fotocópias de todas as despesas dos membros da Câmara e da Assembleia. Tendo o Senhor Presidente da Mesa solicitado que as mesmas fossem entregues ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa.-----

----- O Senhor Deputado José Lopes pediu a palavra e referiu que relativamente à intervenção do Senhor Deputado José Novo de Matos, por quem tinha bastante consideração, mas que as aulas de história não são para ser administradas em sede de Assembleia, uma vez que já tinha sido determinado na última sessão que o período antes da ordem do dia teria o máximo de duração de uma hora. Explanou que intervenção que fez nesta sessão não demorou mais de dois a três minutos, porque era o que estava regimentado, afirmou que se cada pessoa entrasse em diálogo deixaria de vir às sessões da Assembleia.-----

Explanou que concordava com o Senhor Deputado Nuno Soares, inclusivamente na reunião da Bancada do Partido Socialista de preparação desta sessão, disse ter alertado para o problema da Extrema-Direita e para o Problema da Extrema-Esquerda, isto porque caso as pessoas só olhem para um lado ele olhava para tudo em geral. Declarou que diz na cara das pessoas o que sente, sendo que subscreveu esta moção por ser solidário e ter conhecimento do que aconteceu.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, uma vez que já se tinha inscrito antes da apresentação da Moção para falar de outra temática. Referiu que o Senhor Deputado José Lopes tinha toda a razão quando disse que não falava mais do que dois ou três minutos. Afirmou que o Senhor Presidente Mesa que é quem gere as sessões da Assembleia Municipal deve estipular a cada deputado o tempo que deve intervir, por exemplo três minutos, e depois cortar-lhe a palavra, mas tal procedimento devia ser igual para todos os elementos do órgão deliberativo e não haver diferença.-----

No que concerne aos temas que pretendia abordar na sua intervenção, referiu que primeiro queria agradecer ao Senhor Presidente da Freguesia de Sameiro pela cordialidade na forma como sempre recebia a Assembleia em Sameiro, disse que em Vale de Amoreira também eram sempre muito bem recebidos, o que não queria dizer que em Manteigas não fossem. Considerou que a rotatividade devia ser sempre maior, não apenas duas vezes por ano em cada freguesia periférica de Manteigas.-----

Explanou que há trinta e sete anos estava nesta terra, neste concelho e o diálogo que ocorreu nesta sessão entre o Senhor Deputado António Miguel e o Senhor Vice-Presidente da Câmara é um *deja vu*. Considerou que não acreditava que fosse um ataque, assim como não acreditava que alguém, seja a título de exemplo o Senhor Deputado António Miguel ou o Senhor Vice-Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

andassem a roubar dinheiros públicos. No seu ponto de vista isso não era possível, era perfeitamente inconcebível, porque é um concelho com três mil e quatrocentos habitantes não fazia sentido alguém roubar dinheiros públicos. Explanou que era um *deja vu*, porque quando o Partido Socialista está no Governo da Câmara, o Partido Social Democrata inventava uma série de histórias para destruir publicamente a imagem do Partido Socialista, quando é o contrário acontece precisamente a mesma situação de tentativa de destruição da imagem pública do Partido Social Democrata por parte do Partido Socialista.

Recordou a situação do Senhor Vereador António Fraga, quando foi Vice-Presidente da Câmara no executivo pretérito, que ele sempre tinha defendido, por ser do Partido Socialista a oposição que era do Partido Social Democrata acusou-o de estar a fazer acumulação de funções incorretamente. Afirmou que na sua opinião isto era sempre igual, pediu que se parasse com estas situações, sendo que o mais importante era trabalharem em prol de Manteigas.

O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de trabalhos concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que considerasse pertinentes sobre as questões levantadas pelos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra manifestou que não desejava que a sua intervenção fosse gravada, uma vez que tinha dúvidas da legalidade de o Jornal gravar esta sessão diretamente. Pediu desculpas, mas solicitou que não fosse realizada essa gravação.

O Senhor Presidente da Mesa disse que não havia razões para ter dúvidas sobre a legalidade de gravação desta sessão, uma vez que se tinha informado devidamente sobre o assunto, inclusivamente as sessões da Assembleia Municipal eram públicas.

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que consultasse os órgãos legítimos e competentes para analisar esta matéria, porque não era legítimo a gravação direta por parte de outra entidade, inclusivamente as intervenções são de carácter de improviso, há impropérios que se dizem, que saem espontaneamente, as pessoas têm legitimidade para cometerem erros, para dizerem gafes, por esses motivos não concordava com essa gravação. Recordou que na Câmara da Guarda houve um problema semelhante a esta situação e a gravação foi considerada ilegítima.

O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha pedido parecer sobre este assunto precisamente ao anterior Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda. Quanto aos erros que houvesse seriam corrigidos posteriormente. Afirmou que não via qualquer inconveniente na gravação desta reunião porque todas as sessões do órgão deliberativo são públicas e à semelhança da Assembleia da República as sessões podem ser gravadas.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o que fica gravado não pode ser corrigido. Explanou que órgão executivo também tem sessões abertas ao público e no entanto não podem ser gravadas. Reiterou o pedido já feito para que o Senhor Presidente da Mesa consultasse as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

entidades competentes para analisarem devidamente a legalidade da gravação destas sessões por parte de outras entidades.-----

No que concerne à Televisão Digital Terrestre (TDT) em Sameiro, informou que tem tido problemas. Relativamente às questões levantadas neste ponto da ordem de trabalhos, julgava que a maior parte delas não eram de fiscalização relativamente ao órgão executivo, eram apreciações que naturalmente toda a gente tem legitimidade para fazer e cada um terá o seu direito de ter opções sobre aquilo que diz. Relativamente à Várzea informou que o projeto que existia era tecnicamente inexecutável, sobre essa matéria tinham pareceres na medida em que a matéria-prima, que se chama água termal não está explorada nem longe disso, nem tinham condições para ser feito, portanto era inexecutável e foi isso que se decidiu.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a abertura da Hasta Pública foi aprovada pelo executivo, de modo que qualquer dúvida que haja sobre essa matéria, consultar-se-ia diretamente os órgãos e a divisão que tem essa tutela. Referiu que sobre as piscinas municipais o processo já tinha sido explicado nesta sessão, efetivamente tinha-se consultado o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal no sentido de se averiguar, se queriam assumir este processo, com a finalidade de alguém poder candidatar-se. O Centro Cultural e Desportivo (CCD) disse que não estava interessado e como tal o órgão executivo solicitou à Associação Manteigas Solidária que abrisse o concurso, verificasse se havia interessados para posteriormente protocolar ou não a esta matéria.-----

Informou que nada estava protocolado, nem decidido, explicou que foi solicitado à Associação Manteigas Solidária para tomar conta deste processo, por ser uma das associações que recebe também financiamentos da Câmara Municipal, tal como as outras, sendo que a Associação Manteigas Solidária já tinha tratado também do processo relativamente à área do desporto e do ciclismo. Aludiu que é necessário primeiro averiguar se há nadadores-salvadores, não pode ser feita uma aquisição através de uma empresa e não tem conhecimento que haja empresas que se disponibilizem para fazer uma contratação de nadadores-salvadores, assim sendo só havia uma hipótese que era pedir a uma associação sem fins lucrativos, com carácter social, no sentido de tentar encontrar um nadador-salvador, depois de encontrar a Câmara assume toda a responsabilidade financeira. Afirmou que não via qualquer mal nisto, porque é uma solução que foi encontrada sem ter qualquer risco, ou qualquer oneração para a Câmara Municipal.-----

Aludiu que queria esclarecer que nas chamadas Ajudas de Custo, ou há ou não há usura neste processo, se houvesse usura seria o primeiro *“a meter a cabeça no cepo”*. Explanou que as ajudas de custo que foram submetidas e autorizadas para pagamento correspondem a deslocações que foram feitas com as verbas que o estado preconiza para este efeito, na ausência de haver meio locomotivo do serviço para ser utilizado. Referiu que pelos vistos ele era quem tinha valores de ajudas de custo mais baixos, contudo o que estava em causa é se essas ajudas de custo são legítimas ou ilegítimas, se é legítimo pagam-se, se é ilegítimo não se pagam, sendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures]*

isso a única coisa que tinha de ser aferida.-----

Alertou que era importante ter-se em linha de conta o que foi mencionado pelo Senhor Vice-Presidente, o Presidente da Câmara tem direito a um carro próprio e direito a motorista, assim como tem direito a chefe de gabinete, assim como tem direito a secretários, afirmou que estas coisas têm de ser vistas neste conjunto, quando uma pessoa está a incluir os patrimoniais tem que o fazer, tem que poupar e tem que evitar despende dinheiro, porque podia comprar um outro carro para pôr à disposição, entendeu-se que não se devia fazer e achou-se que esta era a melhor maneira. Afirmou que esta matéria não sendo assim e sendo vista de outra forma, até parecia que era um ataque pessoal e não queria acreditar que assim fosse, porque a Assembleia não é lugar para ataques pessoais, é um lugar para aferir.-----

Explanou que já foi identificado que havia dois tipos de circunstâncias, uma coisa é a ajuda de custo outra coisa são as deslocações em carro próprio, são assuntos completamente distintos. Para as deslocações em carro próprio a lei preconiza que haja um pagamento, as ajudas de custo estão devidamente identificadas, portanto não queria acreditar que alguém pense que se está a usar indevidamente os dinheiros do Estado para proveito próprio e se alguém tivesse que ser acusado nessa matéria era ele próprio, porque era quem autorizava as ajudas de custo que são submetidas a pagamento ou as deslocações que são propostas.-----

No que diz respeito ao Solar da Castanha disse que foi inventariado para ser colocado à venda. No seguimento da Intervenção do Senhor Deputado José Lopes indicou que os ribeiros da Vila têm uma responsabilidade que pode ser conjunta, as Juntas de Freguesias têm vindo a fazer a limpeza dos ribeiros, portanto essa matéria não está bem terá que se melhorar, porque não podia ser incumbida diretamente à Câmara Municipal. Alegou que terão de ser as Autarquias todas do concelho a resolver esse problema.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel pediu a palavra disse que o Senhor Presidente da Câmara não tinha respondido a duas questões que tinha suscitado na sua intervenção, uma relativa aos Multibancos que estão encerrados, questionou se já houve algum contacto por parte da Câmara para resolver esse problema e a outra questão é se a Associação Manteigas Solidária ainda existe enquanto entidade.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara garantiu que a Associação Manteigas Solidária existe. No que diz respeito aos multibancos as empresas bancárias é que determinam. Alegou que se houve alguém que avaliou que dois multibancos eram suficientes, não acreditava que houvesse alguma empresa que queira perder dinheiro e que levante uma fonte financeira.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que havia outra questão que também tinha ficado sem resposta, que tinha a ver com as infiltrações na residência do Senhor José Abrantes Saraiva no Bairro de São Domingos. Ao que o Senhor Presidente da Câmara informou que o assunto estava a ser tratado.-----

O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais assuntos a serem tratados neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ponto da ordem de trabalhos deu encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

-----PONTO 3.1-----

-----APRECIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO ANO DE 2015-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições do Senhores Deputados que desejassem intervir sobre este assunto. Verificando a intensão do Senho Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos indicou que leu este documento com muita atenção, disse ser uma ferramenta de gestão, tal como é referido na primeira página do mesmo. Considerou muito positivo para quem não percebe explicarem na página sete, definirem perfeitamente todas as várias entidades que integram este perímetro de consolidação. Na sua opinião o documento estava muito bem feito.-----

Em termos práticos disse que verificou que de facto na página 1 do 2 da *Declaração de Responsabilidades*, tinha que se ter em linha de conta que quando alguém escreve o que em seguida se transcreve: *“declaramos, sobre o compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos,, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno e que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem que asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, igualdade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade.”* Portanto quando há pessoas que assinam um documento, que assumem a total responsabilidade não há muito mais a dizer.-----

Deu os parabéns aos trabalhadores dos serviços técnicos da Autarquia, que realizaram este trabalho tão bonito, que começa logo na primeira página, com tons de amarelo e verde, dando um ar nacionalista. Afirmou que a discussão deste tema na sua opinião começava e acabava quando se lê a certificação legal, que diz o que a seguir se reproduz: *“Referidas as demonstrações financeiras consolidadas representam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira consolidada do Município de Manteigas a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze e o resultado consolidado das suas operações no exercício fim daquela data em conformidade com os princípios contabilísticos...”*. Neste seguimento declarou que não tinha que discutir este tema, porque estava naturalmente discutido. Informou que a sua intervenção tinha tido a duração de dois minutos e trinta segundos, sendo que partir de agora indicaria no final de cada intervenção o tempo que tinha usado.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra disse que não pretendia fazer concorrência à intervenção do Senhor Deputado José Novo de Matos, que foi de uma preciosidade e de precisão de linguagem muito boa. Explanou que de facto esta certificação legal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de contas, as contas consolidadas são consequência da lei. Alegou que aquilo que no seu ponto de vista era mais importante realçar nesta Consolidação de Contas é exatamente o facto da veracidade das contas, sendo que tal vinha ao encontro e ao desencontro das pretensões e da opinião expressa pelo Senhor Presidente da Assembleia, não só na última Assembleia como também no *Notícias de Manteigas*.-----

Disse ao Senhor Presidente da Mesa que numa apreciação qualitativa, que nunca fez de nenhum artigo que o mesmo tivesse escrito no *Notícias de Manteigas* e que por norma lia, porque tinha interesse em saber o que se passa no concelho, referiu que o último artigo que o Senhor Presidente da Mesa tinha escrito, a propósito das contas rejeitadas pela primeira vez na Assembleia Municipal de abril passado, lhe parecia de uma pobreza, que não tinha em nada a ver com a capacidade que o Senhor Presidente da Assembleia tem demonstrado e que lhe reconhecia ao longo de toda a vida. Afirmou que a forma simplista e desprendida como analisou as contas nesse artigo do *Notícias de Manteigas* era de uma forma tão confrangedora no bom sentido de desresponsabilização, que teve alguma dúvida se tinha sido o Senhor Presidente da Mesa a escrever aquele artigo, porque não o tinha de forma nenhuma como uma pessoa irresponsável e aquilo que ressaltava no artigo, não para quem esteve na discussão e que conhece o documento, mas aquilo que resalta para o comum dos nossos concidadãos, em termos de apreciação das contas do Município, é que o Senhor Presidente deu um ar de desresponsabilização do Partido Socialista, que o preocupava.-----

Disse que referia isto porque desde que se recordava, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata-CDS foram os partidos que tiveram força executiva no Município de Manteigas, portanto não poderemos assacar a outros responsabilidades daquilo que nós fizemos, isto no sentido lato, mas o Senhor Presidente da Mesa até em sentido estrito, porque foi Vereador do Município, andava nestas andanças há quase quarenta anos, foi vereador e tem um conhecimento profundo dos assuntos municipais. Declarou que reconhecia sem qualquer problema, que tratava-se de uma pessoa que tem visão daquilo que gostava que fosse o Município, caso contrário não era político, nem se teria candidatado a Presidente da Câmara.-----

Indicou que ao ler esse artigo se deparou com uma situação em que o Senhor Presidente da Mesa parecia querer desresponsabilizar-se do que se passa. Levantou a questão que por se terem visões diferentes se vota contra, apenas porque agora já não é uma consequência legal daquilo que faz? Disse que queria acreditar que não foi essa a intenção do Senhor Presidente da Mesa quando escreveu aquele artigo, contudo é o que estava nele explanado e é o que resultava para as pessoas que não tinham conhecimento do que se passa na Assembleia, nem o profundo conhecimento daquilo que é discutido pelo órgão deliberativo, nem leram aquelas duzentas páginas que os elementos da Assembleia leram.-----

Explicou que o que ressaltava mais e que inclusivamente ouviu dizer a concidadãos, que simplesmente não contavam com este artigo e que por isso o questionaram se já tinha lido o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

artigo em causa e se não tinha consequências. Referiu que o Senhor Presidente da Mesa sabia, como leitor assíduo que é dos jornais, que muitas vezes as poucas frases são as mais importantes e às vezes a primeira frase que escrevemos pode ser a menos importante, mas é aquela que muitas vezes ressalta, sendo que o Senhor Presidente da Mesa escreveu logo no início do seu texto, que não havia consequência legal. Esclareceu que o facto de não haver consequência legal não signifique que não haja uma consequência que todos tinham de tirar, que é a consequência dos seus atos e a responsabilidade daquilo que fizeram.-----

Afirmou que ainda bem que estas Contas Consolidadas eram apresentadas, porque gostaria que o Senhor Presidente do órgão deliberativo tivesse oportunidade de esclarecer esta situação e que deixasse bem claro, porque a Bancada do Partido Socialista votou contra as Contas, simplesmente por uma situação de apreciação política e essa ele não queria de forma alguma contestar, tinham toda a legitimidade para o fazer. Disse que o importante é fazerem perceber a todos os concidadãos que a consequência que existe, pode não ser legal, mas é política. Aludiu que todos estavam no órgão deliberativo para assumir na plenitude os seus atos.-----

Declarou que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata fazia uma apreciação favorável das Contas Consolidadas, tal como já o tinham feito anteriormente. Considerou que era o momento do Senhor Presidente da Assembleia deixar claro para toda a Comunidade e até para si próprio, num artigo que escreve com regularidade no Jornal e dessa forma poder esclarecer esse ponto para todos os cidadãos, de que há uma apreciação política que é legítima, mas isso não é de forma nenhuma uma desculpabilização, porque a desculpabilização ninguém podia perdoar.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa solicitou a palavra disse que a propósito deste tema da aprovação das Contas Consolidadas, que não se regozijava por fazer esta intervenção, até porque a lei tem de ser no seu devido tempo e devidamente fundamentada para a questão, mas voltava a fazê-lo. Referiu que a lei diz que a documentação relativa aos diversos pontos da Assembleia Municipal deve chegar aos membros da Assembleia Municipal com quarenta e oito horas de antecedência, essas quarenta e oito horas de antecedência são um prazo mínimo, que é em tudo desejável que seja cumprido com antecipação. Isto é, que seja dada aos membros da Assembleia Municipal tempo superior a essas quarenta e oito horas para poderem com calma, parcimónia, com acuidade e responsabilidade estudar os diversos assuntos e diversos dossiês de suporte às deliberações que aqui têm de tomar.-----

Indicou que o que constatava é que a certificação em si de estrito senso chegou no dia anterior à data desta sessão por correio eletrónico, tendo recebido a mesma por duas vezes, às dezanove e vinte e cinco minutos e às dezanove e trinta minutos, portanto foi remetida com pouco mais do que vinte e quatro horas de antecedência desta sessão, sendo que na mesa da Reunião da Assembleia tinha precisamente a minuta que adveio da Reunião da Câmara Municipal para produção de efeitos imediatos, datada de vinte e três de junho. Afirmou que desde logo tinham aqui a velha questão, porque já tinha falado e alertado para esse facto, de haver um ponto





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

incluído na ordem de trabalhos, anteriormente à deliberação da Câmara Municipal e é essa deliberação que habilita a que depois a Assembleia Municipal possa pronunciar-se sobre isso.-----  
Assinalou que havia uma inserção deste ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal anteriormente à própria deliberação da Câmara, o que cronologicamente não faz sentido nenhum, sendo que lhe custou a entender e em termos legais menos ainda, porque há uma ordem, a Câmara Municipal tem competência para deliberar e submeter à Assembleia Municipal, mas primeiro tem de deliberar, não é anteriormente a essa deliberação que se submete à Assembleia Municipal, é depois dessa deliberação.-----

Explanou que as Contas Consolidadas não são um assunto de somenos importância, que pudesse estar sujeito a um lapso, a um esquecimento, que todos podem ter e todos podem e devem relevar, mas é um assunto importante, é um assunto que tem de estar na Ordem do Dia nesta altura, sendo que aquilo que constatava é que os prazos não foram cumpridos, pelo que considerou que não havia condições para que este ponto fosse votado.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra agradeceu ao Senhor Deputado Nuno Soares de sempre o privilegiar com as suas críticas, que por vezes são mordazes, mas ditas sempre em tom de alguma tolerância democrática, que lhe aprazia registar e não se importava nada em o fazer. No que concerne ao artigo que o Senhor Deputado tinha invocado, embora não o tenha referido, mas referia-se às contas não consolidadas, sendo que as que estavam a tratar nesta sessão eram as Contas Consolidadas.-----

Relativamente ao artigo disse que podia verificar que o que tinha dito é que era uma prestação de contas e que elas não prestavam, que era uma apreciação política, porque efetivamente não contribuíam para o desenvolvimento económico e social de Manteigas, declarou que isto era uma apreciação política. Sobre o ponto de vista técnico é o Tribunal de Contas que se irá pronunciar. Indicou que tinha levantado algumas questões do ponto de vista técnico na apreciação, que no entanto não as ia explicar no Jornal. O Tribunal de contas se encarregará de fazer essa apreciação técnica, contudo disse que tinha de se informar o estimado público, que efetivamente não tinha consequências, no sentido de que ninguém vai preso por causa de as contas não terem sido aprovadas.-----

Explicou que naturalmente as pessoas pensariam que se as contas não foram aprovadas é porque existia alguma malandrice no caso e portanto foi para acautelar uma tal suspeição e dizer que efetivamente não foram aprovadas e que não tem outra consequência além do parecer político em relação à matéria.-----

Indicou que uma outra questão que era importante, era aquela que a Senhora Segunda Secretária da Mesa levantou sobre os pontos da ordem de trabalhos serem agendados antes da deliberação da própria Câmara, embora tenha frisado que não tinha o mesmo rigor que ela própria tem neste assunto, uma vez que considerava que os pontos da Ordem de Trabalhos quando são inscritos podem sê-lo mesmo antes de ter sido deliberado na Câmara. No que concerne aos mapas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

relativos à informação, que advém de uma imposição legal, de submeterem às Assembleias Municipais a evolução do Plano Financeiro, que teve por base o Saneamento Financeiro, disse que esses só lhe foram entregues no dia anterior a esta sessão e efetivamente essa era uma falha grave, que já se tinha verificado em abril, sendo que pela primeira vez tolerou, mas desta vez não podia tolerar.-----

Aludiu que inclusivamente os mapas que tinham sido remetidos não passavam de mera estatística e não se tratava do tal documento que a lei impõe que seja apresentado ao órgão deliberativo, porque esse documento tem de ter uma apreciação económica e financeira da situação criada com o Saneamento Financeiro e tem que acompanhar o Plano Financeiro, que foi apresentado ao dito Saneamento Financeiro. Considerou que em relação a esta matéria isto sim era grave e mais uma vez chamou à atenção da Câmara, que pela segunda vez não cumpriu aquilo que estava estipulado. Alertou que esta informação também tem de ser prestada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), como tal não acreditava que fossem estes mapas os enviados à DGAL.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para esclarecer que o mapa remetido para o Senhor Presidente da Assembleia, tinha sido solicitado por este último para acompanhar a evolução dos consumos de água e saneamento. Tendo o Senhor Presidente da Mesa referido que o que tinha solicitado era o mapa que advinha da imposição legal.-----

O Senhor Presidente da Câmara elucidou que uma coisa é dar noção ao órgão deliberativo da evolução do Plano de Saneamento Financeiro e isso era feito com as Contas Semestrais, relativamente à matéria do consumo de água e saneamento foi esse o mapa que tinha sido remetido para atender a um pedido realizado pelo Senhor Presidente da Mesa.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que o que pretendia e o que tinha referido é que em cada sessão da Assembleia Municipal fosse entregue o mapa da evolução do Plano de Financiamento, não sendo somente semestral. Contudo, alegou que não foi entregue qualquer documento sobre esta matéria. Referiu que embora seja útil haver esta estatística, é uma estatística que aliás se torna bem clara dos seus efeitos com o que nela vinha explanado. -----

Alertou para o facto de em abril de dois mil e dezasseis o que foi entregue de águas residuais ter sido praticamente o dobro da água contratada à Empresa de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque o mês foi extremamente chuvoso. Já no mês de agosto de dois mil e quinze, naturalmente que as águas residuais que foram entregues são inferiores à água que foi adquirida à mesma empresa, referindo que isso é que é o normal. Contudo, em abril do ano em curso verifica-se que é praticamente o dobro, informou que de água fornecida são vinte e seis mil euros (26.000,00€) e de águas residuais tratadas são cinquenta e dois mil euros (52.000,00€), disse que isto é efetivamente uma situação incomportável, sendo que não há finanças que aguentem uma situação destas e portanto dentro de cinco anos o Município terá uma situação deficitária, igual àquela que foi resolvida com o Saneamento Financeiro.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Mencionou que há um Plano que já tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara, para resolver esta questão das águas pluviais que vão para tratamento e que são cobradas como águas residuais, mas a verdade é que nada foi decidido. Passado ano e meio não há solução para este problema. Indicou que ainda não tinha percebido se esse plano que está a ser gizado é para depois ser submetido em alguma candidatura, porque caso não se acorra rapidamente passa mais um ano e são mais trezentos mil euros (300.000,00€) de excesso de saneamento que o Município vai ter de pagar.-----

Referiu que no seu ponto de vista era fundamental que rapidamente fosse resolvida esta questão e era de conhecimento de todos, que há águas pluviais em certas ruas a escoar para o esgoto e como tal têm de ser desviadas, têm pois de tomar-se medidas urgentes. Explanou que era importante que o documento que vai ser entregue à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de evolução do Plano de Financiamento, seja remetido à Assembleia na sessão de setembro para ser apreciado.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra pediu um esclarecimento porque recordou que estava a ser discutido o ponto três um *Prestação de Contas Consolidadas*, e no entanto o Senhor Presidente da Mesa e o Senhor Presidente da Câmara tinham estado a falar de uns mapas aos quais não tinha tido acesso, disse que não fazia deia do que tinha estado a ser falado nos últimos cinco minutos, sendo que não lhe tinha sido remetido o mapa que estava em causa na discussão.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que o órgão executivo consultou o Técnico Oficial de Contas (TOC) e o que é obrigatório é em cada semestre ser apresentado a evolução do Empréstimo, tendo sido apresentado em abril seria novamente ao semestre que era obrigatório apresentar essa evolução.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos questionou se os mapas que tinham estado a ser discutidos diziam respeito ao ano de dois mil e quinze. Tendo o Senhor Presidente da Mesa confirmado essa informação e que lhe tinham sido remetidos no dia anterior à data desta sessão.-

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar esclarecimentos sobre esta matéria. Explicou que os mapas que foram remetidos ao Senhor Presidente da Mesa não são uma imposição legal, são mapas informativos para dar nota de como está o processo de águas e saneamento. Explanou que o outro mapa a que o Senhor Presidente da Mesa se estava a referir vinha no seguimento do Saneamento Financeiro, em que a lei impõem que semestralmente, com a apresentação das Contas e no Semestre o Revisor Oficial de Contas apresente à Assembleia o conjunto de elementos de como está a evoluir o Saneamento Financeiro, são duas coisas completamente diferentes. Referiu que o mapa apresentado é indicativo e informativo de como é que está a evoluir a água e o saneamento do concelho de Manteigas, para se poder verificar que são trezentos por cento a mais de saneamento do que água consumida.-----

Aludiu que o Senhor Presidente da Assembleia tinha questionado se efetivamente existia um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Plano, recordou que este processo já tem uma data de anos, entre quatro a seis anos, trata-se de um processo que se fosse simples todas as Câmaras já o teriam resolvido. Indicou que mesmo o executivo que lhe tinha precedido teve esse problema e tentou ir obviando este processo, atualmente o órgão executivo está aguardar para que possa haver financiamento, para poder fazer intervenções. Disse que tinham conhecimento que têm de intervir em Sameiro, em duas ou três situações, assim como em Vale de Amoreira e em Manteigas, onde há consumos de água que não são águas de rede, onde há contadores que são abalroados, onde há contadores que não funcionam, onde há um conjunto de situações que estão a tentar solucionar, sendo este o Plano que está a ser executado.-----

O Senhor Presidente da Câmara declarou que preferia não ter que pagar trezentos mil euros (300.000,00€) por ano a mais de água e saneamento do que aquilo que é consumido, isto é uma das prioridades do órgão executivo. Explicou que em vez de estar a fazer uma candidatura agora, que terá entrada na primeira semana do mês de julho, quando efetivamente em Sameiro já se vai poder intervir na Rua Doutor Adelino Esteves de Carvalho, na zona dita do ribeiro porque foi detetado aí níveis freáticos superiores à condução do emissário. Informou que este processo estava a ser feito, contudo como era de conhecimento do Senhor Presidente da Mesa que o Município não tinha dinheiro, os fundos comunitários não estão disponibilizados. Mencionou que abriu uma candidatura à qual o Município se ia candidatar para executar algumas obras, entretanto tem sido feito algumas obras no sentido de desviar para os ribeiros e para as linhas de água, algumas águas pluviais.-----

Explicou que o Município estava a fazer o levantamento de quem detinha águas privadas nos quintais, onde é que metem o sobejo das águas privadas, como é que elas estão a ser conduzidas e como era de conhecimento, segundo um antigo Regulamento da Câmara Municipal era obrigatório as águas pluviais debitarem para o esgoto. Como tal, verifica-se uma data de águas pluviais a serem diretamente conduzidas para os esgotos. Explanou que como era evidente estas situações têm de ser alteradas, os munícipes têm de ser avisados, tem de se fazer um conjunto de intervenções para as quais disse que estavam muito sensibilizados e com muita preocupação.- Esclareceu o Senhor Deputado José Novo de Matos que estavam a avaliar as Contas de dois mil e quinze e paralelamente há uma exigência de apresentar a evolução do Saneamento Financeiro, sendo duas coisas completamente diferentes.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava intervir sobre esta matéria, verificando que não havia inscrições declarou que este ponto era apenas de apreciação das Contas Consolidadas, como tal deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

### -----PONTO 3.2 -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO, DATADA DE 04 DE MAIO DE 2016 E DELIBERAÇÃO SOBRE OS

-----SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS – MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS-----

----- (ASSEMBLEIA MUNICIPAL) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que a deliberação sobre os Seguros de Acidentes Pessoais foi remetida à Assembleia Municipal, uma vez que abrangia os elementos do órgão deliberativo, como tal era no sentido de tomarem conhecimento dos montantes que estão previstos em termos de seguro para cada membro da Assembleia Municipal.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria. Tendo o Senhor Deputado José Novo de Matos solicitado a sua inscrição foi-lhe concedida a palavra.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos referiu que tendo esta deliberação sido aprovada por unanimidade pelo órgão executivo, na sua opinião não tinha qualquer discussão, embora tivesse conhecimento que tinha de ser votada pelo órgão deliberativo.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, colocou à votação **a deliberação sobre os seguros de acidentes pessoais – Membros dos órgãos autárquicos (Assembleia Municipal)** à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----PONTO 3.3-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DA FRENTE RIBEIRINHA DO ZÊZERE E DA ÁREA DE ATIVIDADES  
----- ECONÓMICAS DE MANTEIGAS -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra explanou que do ponto de vista conceptual concordava com esta proposta, considerou-a ótima, contudo disse ter uma questão e remeteu para a página sete, onde é referido que o regime jurídico da Reabilitação Urbana vem possibilitar aos Municípios um faseamento dos processos de reabilitação urbana se assim fosse entendido. Recordou que a reabilitação da ARU caducará após três anos, o que na sua opinião isto era muito bonito e o projeto estava muito bem feito, contudo só ficando pelo projeto não se ia muito longe, Questionou se o órgão executivo vai avançar com o projeto e realizá-lo na prática, caso todos concordassem que isso seria o melhor para Manteigas, até porque tem este limite dos três anos o que limita no tempo. Aludiu que tal era benéfico porque desta forma para as pessoas não se podem atrasar.-----

Aludiu que o estudo está muito bem feito, tendo-o lido ao pormenor e verificou a existência de um erro, que solicitou que posteriormente fosse emendado, porque quando se fazem percentagens, são feitas percentagens até 100%, não até 101%, isso não existe. Disse que certamente seria uma falha e verificava-se na página sete, quer a figura sete os edifícios por escalão de área, quer a figura oito, somando a totalidade das percentagens dava o total de 101%, solicitou que fosse corrigida esta questão.-----

Fez alusão à página vinte e dois, dizendo que realmente havia coisas que mereciam ser recuperadas, porque têm um ar tristíssimo, os pavilhões abandonados, contudo levantou uma questão dirigida à Câmara através do Senhor Presidente da Mesa, se o Município tem dinheiro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para estas recuperações e qual era a prioridade relativa desta obra de recuperação ou de outras obras em Manteigas. Aludiu que desconhecia as prioridades porque não vivia no concelho e como tal, não tinha noção das prioridades de investimento em recuperação de áreas e em outras coisas. Citou ainda a página trinta e dois, disse que os esquemas eram muito bonitos, mas que não tinha conseguido perceber as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e de Reserva Agrícola Nacional (RAN), estavam delimitadas com cores, contudo as cores não estavam bem definidas.---- Solicitou que na área ribeirinha, ao longo do rio, onde todas as populações se desenvolveram e o núcleo de povoamento original de Manteigas se iniciou, havendo aí áreas de RAN, que são áreas agrícolas, áreas que com certeza ainda atualmente se aproveitam para a agricultura, pediu que quando fosse realizada essa reabilitação não se destruísse as áreas que ainda são agrícolas, embora em termos da estrutura do próprio Município, em termos de organização também não fosse possível fazê-lo. Reiterou que este estudo sobre o seu ponto de vista estava muito bem feito, contudo era necessário implementá-lo na prática, caso esta implementação leve ao desenvolvimento da população de Manteigas. Antes de finalizar a sua intervenção alertou que a mesma teve a duração de três minutos e trinta segundos.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro cumprimentou todos os presentes, disse que queria antes de mais congratular-se e dar também os parabéns à Câmara Municipal por este projeto. Aludiu que teve oportunidade de o ver ao pormenor, tendo-o considerado um excelente projeto. Indicou ser uma obra que já andava a ser falada há muito tempo e acreditava que não ia ser apenas um projeto, mas ia ser também obra, acreditava que não ia só ficar pelo estudo. Esclareceu que se olhássemos para os mapas e se fôssemos ao terreno percebíamos facilmente que não vai ser destruída qualquer Área Agrícola.-----

Disse que acreditava que a Câmara vai ser beneficiada, trata-se de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) que fica totalmente em território de São Pedro, por isso é uma mais-valia para a Freguesia de São Pedro e congratulava-se com tal. Tendo o Senhor Deputado José Novo de Matos feito uma breve nota de que havia um pouco dessa área que pertencia à Freguesia de Santa Maria, sendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro não concordou com essa análise.-----

Continuou a sua explanação indicando que pretendia somente dar uma dica à Câmara, caso pudesse ser contemplada, que dizia respeito ao passeio que vai ser feito ou aquela zona que vai ser toda embelezada e arranjada, que irá ter certamente zonas de pesca que serão muito importantes no Rio Zêzere, e havendo zonas de pesca, de alguma maneira poderia ser interessante envolver o Clube de Caça e Pesca, podiam-se criar zonas de pesca sem morte e nesse sentido aproveitar esse troço do Rio Zêzere e fazer aí uma zona de defeso para a truta, que atualmente quase não existe. Disse que seria no seu ponto de vista uma boa maneira de se criar uma zona para o repovoamento natural do Rio Zêzere.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra saudou a Câmara Municipal por ter tido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esta iniciativa de delimitar esta Área. Explanou que como era de conhecimento as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) são criadas porque não há outra forma de investir no território senão através das ARU's e portanto foi criada a ARU do Centro da Vila. Fez votos para que os projetos estejam a andar, para que quando vier aprovada a ARU haja um projeto, porque caso contrário não se passava disto. Assim sendo, disse que felicitava o órgão executivo por esta iniciativa, pela delimitação que foi criada, que no seu ponto de vista estará de acordo com uma possível estratégia que está para ser definida, estando ainda à espera que do Plano Estratégico de Manteigas, haja mais sessões, tendo já havido uma primeira sessão e desconhecia quando seria a próxima.-----

Afirmou que este tipo de projeto cai perfeitamente dentro do Plano Estratégico que está para ser delineado, disse que lhe parecia inteiramente respeitar o ambiente e que de facto não interferia com a zona agrícola, ou interferiria minimamente com a zona agrícola. Aludiu que tinha de corrigir o Senhor Deputado José Novo de Matos, porque o povoamento de Manteigas não começou junto ao rio, precisamente pela preocupação dos terrenos agrícolas, na medida em que os terrenos agrícolas eram de tal maneira importantes na época, que levou a que as pessoas se instalassem a meio da encosta e pela linha de maior inclinação.-----

Felicitou o órgão executivo e manifestou o seu total acordo com o Senhor Deputado José Novo de Matos quando disse que se esperava que realmente este projeto se concretize, que ande rapidamente e que não seja mais um projeto a ficar no papel. Referiu que era um projeto mesmo para viabilizar o Parque da Várzea, que atualmente não tem nem terá futuramente alguma utilidade, enquanto não houver um tratamento junto à zona do rio.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho pediu a palavra cumprimentou todos os presentes, pediu desculpa pelo seu atraso no início desta sessão, contudo por lapso tinha ficado com a ideia que esta sessão teria lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho e somente quando aí chegou se apercebeu do seu erro. No que respeita a esta matéria disse que considerava que este projeto era merecedor de um louvor, sendo que em onze anos que pertencia ao órgão deliberativo era a primeira vez que via todas as Bancadas políticas a felicitarem uma atividade como o tinham feito em relação a esta iniciativa da Câmara Municipal.-----

No que diz respeito a este assunto, era evidente e pela experiência que via do trabalho de outras Câmaras, especialmente de Lisboa, este tipo de ARU's e esta atividade da Câmara é essencial para fazer a recuperação urbana, porque já se tinha percebido que só por este caminho era possível. Explanou que quando referiu que o caminho era por aqui, queria referir-se que era acima de tudo a divulgar e promover o benefício fiscal, porque é aí que dói na carteira dos proprietários e a quem quer investir. Seja no IVA a 6%, que na habitação não é propriamente a ARU que o garante, era essencialmente por todos os benefícios em sede de IMI em sede de IMT, isto contra a Câmara falando porque são receitas da Câmara.-----

Frisou que na sua opinião isto não servia de nada sem divulgação e se em Lisboa as coisas se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

massificam, em Manteigas tem de chegar ao conhecimento das pessoas de uma forma mais direta. Indicou que desconhecia o que podia ser feito, porque as pessoas não leem as atas, poucas vêm assistir às sessões da Assembleia, contudo isto tinha de ser divulgado de uma forma que as pessoas percebam, os emigrantes percebam que há aqui dinheiro, que eles podem cá deixar e investir renovando os imóveis da Vila. Disse que o exemplo começou bem e era mais notório com a recuperação do Centro Histórico e realmente este era um instrumento essencial.-----

No que concerne à questão da divulgação lançou a ponte para outra questão, que alegou que devia ter falado no ponto anterior, que é de que modo a Câmara também poderá aproveitar essas ARU's e todo este trabalho de investigação e de intervenção a este nível imobiliário, para resolver o problema do Técnico Oficial de Contas na Certificação Legal das Contas, de não ter sido possível confirmar o registo de titularidade de alguns bens imóveis que integram o ato imobilizado por parte do Município. Indicou que este é o único reparo que foi feito na Certificação Legal das Contas Consolidadas.-----

Alertou que designar uma força de funcionários só para isso poderá de alguma forma desviar alguma capacidade da Câmara e gastar alguns recursos com este tipo de intervenções, tendo já toda esta preparação em curso e com todo este trabalho que está envolvido na criação das ARU's, considerou que se podia investigar e aos poucos ir atualizando as matrizes, as Conservatórias, ir fazendo as justificações quando era preciso fazer, para atualizar o acervo de imobiliário da Câmara, porque era importantíssimo atualizar esta situação contabilística. Afirmou que uma Câmara não conhecer o acervo imobiliário que tem lhe fazia lembrar Lisboa, mas em outra escala, sendo que à escala de casas que existem em Manteigas não havia justificação para não se saber quantos imóveis é que o Município detém e havendo este trabalho no terreno seria de aproveitar nesse sentido.-----

Referiu que o Senhor Deputado José Novo de Matos tinha perguntado na sua intervenção porque é que a casa é feita aos bocados, explicou que para ser feito tudo ao mesmo tempo não havendo ainda financiamento aprovado isto esgotava-se imediatamente, desta forma os três anos que estão previstos a seguir à criação da ARU, são três anos para executar a obra em si, tendo considerado um prazo razoável. Aludiu que por outro lado sem divulgação e sem estes incentivos chegarem aos ouvidos das pessoas, sobretudo numa época em que os emigrantes estavam prestes a regressar para passarem o Verão, se a mensagem não passar, estariam a aprovar assuntos para ficarem *on-line* ou nas atas, que contudo ninguém lê.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra referiu que após a explanação do Senhor Deputado Manuel Carvalhinho quase que a sua intervenção ficava reduzida a meia dúzia de palavras. Indicou que queria apenas acrescentar que de facto este projeto foi muito bem planeado, na sua opinião harmoniza muito bem o património natural e o património edificado, concretamente a zona industrial que já teve muita vitalidade e o património natural do Rio Zêzere, com toda a envolvente ao rio, desde desportos ligados ao rio e à época





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Balnear. Explanou que se tratava de um plano muito bem pensado e harmoniza o que o homem criou e o que a natureza nos deu. Disse ser um património para todos os Manteiguenses, é um património para quem nos visita, é um património para quem vai apreciar a Montanha, é um património para quem quiser investir em Manteigas, é um património que fez votos que tenha tudo de bom, porque será uma mais-valia para a vila de Manteigas.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra disse que concordava com o que o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho tinha referido. Indicou que na sua opinião a responsabilidade não se podia imputar à Câmara ou seja a quem for, também tinha reparado que a falha recaia sobre o facto de não haver registo em época final, são os terrenos e as áreas e isso tem a ver com a Conservatória do Registo Civil. Aludiu que a Câmara que é o grande interessado nessa matéria devia perceber o que era da propriedade da Autarquia, deste concelho, devia de fazer pressão sobre a Conservatória do Registo Civil nesse sentido, porque na sua opinião era uma falha destes, ou a outro nível do Ministério da Administração Interna que tutela os registos.----  
Afirmou que efetivamente era necessário resolver esta situação e isso passa pelos Registos da Conservatória, contudo era um trabalho desse organismo e na sua opinião tinha de se fazer pressão junto da Conservatória, sendo que não passava pela Câmara propriamente dito, tinha de investigar de quem são as propriedades e depois a Conservatória tinha de dar resposta.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar esclarecimentos sobre este assunto. Elucidou o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho que esta já era a segunda ARU que o Município estava a identificar. Explanou que não queria exacerbar relativamente às expectativas, estava-se a falar de uma delimitação de uma Área para Recuperação Urbana, o Quadro Comunitário de Portugal 2020 vinha com duas nuances, as cidades médias serão aquelas em que vai ser feita a grande intervenção, com quinze milhões de euros (15.000.000,00€) que estão atribuídos para regeneração urbana, porque efetivamente há também uma dita área de recuperação pública e há uma área dos privados.-----

Explicou que o que se pretendeu com este processo foi as cidades médias como a Covilhã, Guarda, Fundão, Gouveia e Seia, há dinheiro e foi considerado pelo Governo e por quem fez o programa que estas são as cidades capazes ainda de assimilar quer a atratividade das pessoas, quer a atratividade da inovação, do investimento e da produção. Relativamente aos meios pequenos e contrariamente à Região do Norte, indicou que na Região Centro somente a sede do concelho pode criar ARU's. O Município de Manteigas criou uma ARU para cada Freguesia, que foi o que o órgão executivo considerou ser mais razoável, mas não foi possível porque a ideia do programa é exatamente as grandes cidades terem grandes investimentos, na ordem dos dez milhões de euros (10.000.000,00€) a quinze milhões (15.000.000,00€), para cada uma destas cidades, o Município de Manteigas terá uma verba previsível entre duzentos e setenta mil euros (270.000,00€) a trezentos mil euros (300.000,00€).-----

Aludiu que isto significava, tal como tinha referido o Senhor Deputado José Novo de Matos, definir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

as prioridades. Pretende-se incluir, porque efetivamente esta ARU dirige-se àquela matéria que o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho tinha dito e bem, os privados têm aqui a *parte de leão*, porque têm investimento do Banco Europeu de Financiamento, com juros de taxa superbonificada, com um período de carência alargado, quer seja para habitação própria ou para segunda habitação, ou para aluguer. Aludiu que tem de se conseguir mobilizar as pessoas que têm casas para fazer a recuperação, aproveitando este financiamento, aproveitando também o Programa Especial de Recuperação de Imóveis Degradados (PERID) da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que no que concerne à ARU, na sua opinião o PERID tem que incidir sobre estas áreas, se for considerado que estas são as áreas para recuperar, uma porque é histórico-tradicional, a outra porque é a ida para o rio, é o ligar Manteigas ao rio. Afirmou que os particulares é que têm aqui o grande poder de participar. O Município criou as duas Áreas de Recuperação Urbana, informou que a seguir a isto vai haver um programa estratégico, que é o PARU, que esse sim vai definir como é que vai ser o IMI, o IMT, o IVA que passa a 6%, quais são as regalias que temos, no sentido de ser o Programa Estratégico de Intervenção e esta é dirigida essencialmente aos privados.-----

Informou que a Biblioteca era uma prioridade, assim como o Posto de Turismo que consideravam que não está bem conforme está atualmente e já existe um projeto para evoluir, as coberturas da Sotave, que como era de conhecimento são em fibrocimento, um produto cancerígeno, tendo sido aí já feito um investimento de duzentos e setenta mil euros (270.000,00€), sendo que se ia tentar obviar esta situação e existe também um projeto para a Praça Central de Manteigas, mas que ainda tem de ser desenvolvido. No que diz respeito ao resto, mencionou que tem de ser ainda identificado. No que que concerne ao dinheiro para esses projetos aludiu que teria de se arranjar mais verba para que não fosse só a da ARU, porque como tinha sido referido para os meios pequenos são apenas 85%, o que dá perto de trezentos e cinquenta mil euros (350.000,00€) a quatrocentos mil euros (400.000,00€) de investimento, comparado com os quinze milhões de euros (15.000.000,00€) que receberá a Covilhã, a Guarda, o Fundão, efetivamente estavam muito longe desses investimentos. Sublinhou que tal não invalida que os privados possam socorrer-se deste financiamento específico, para nesta área intervirem e ficarem sem IMI durante três anos e o IMT da primeira transferência é dispensado.-----

Quanto à matéria que trouxe à colação, referiu que se estava a falar de cinco ou seis imóveis que o Município estava a tentar descobrir como é que serão legalizados. Informou que alguns serão por usucapião, o próprio edifício da Câmara Municipal teve de ser registado por usucapião, porque efetivamente nunca tinha havido nada sobre esta matéria, contudo tratava-se de situações que estavam perfeitamente identificadas, não se podia pensar que o Município tinha tudo por cadastrar. Referiu que inclusivamente iam cadastrar através de uma candidatura que foi feita pela Associação de Municípios, para todos os Municípios, no sentido de cadastrar tudo o que é água e saneamento em termos do cadastro total e aí englobariam todas as vias de quinze Municípios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sendo um investimento que ronda os quatro milhões de euros (4.000.000,00€), não é apenas para Manteigas é para todos os Municípios.-----

Indicou que acreditava na divisão, tendo-lhe sido dito pelo Senhor Secretário de Estado da Tutela, o que já era de conhecimento, que o Quadro Comunitário 2020 vai ser todo revisto, porque não vai ser cumprido nos termos que está apresentado. Considerou que este Quadro Comunitário é muito mau na formulação que foi feita, principalmente o da Região Centro, relativamente a uma data de matérias que não nos dizem rigorosamente nada, nem pertence ao Plano Estratégico da própria Comunidade Intermunicipal. Recordou que como era de conhecimento no ano de dois mil e catorze não se fez nada, em dois mil e quinze nada foi feito e em dois mil e dezasseis até a esta data nada foi feito. Disse acreditar que no ano em curso não haverão outra vez verbas, nem virão para Manteigas nem para ninguém.-----

Explicou que neste sentido os empresários têm tido alguma prioridade, existindo dois mil milhões (2.000.000,00€) que já terão sido outorgados à iniciativa privada, porque foi para aí que o Quadro Comunitário foi virado essencialmente, não para as entidades institucionais e neste seguimento as Câmaras não terão grande dinheiro. Afirmou que acreditava, tal como o Senhor Secretário de Estado, que o Quadro vai mudar até ao ano de dois mil e vinte, tudo isto vai mudar, depois vai haver os superávits como tem havido ultimamente, porque ninguém vai conseguir executar estas matérias todas.-----

Clarificou que os limites da ARU vão até à Várzea inclusive, sendo que a Várzea teve um projeto muito bonito, era um projeto na área da restauração e hotelaria, mas tal não aconteceu. Fez votos de que as pessoas aproveitassem este programa, disse ser necessário que todos comunicassem, porque se não comunicarem todos, as pessoas não sabem, se não sabem não executam obra. Reiterou que há uma ARU e um Plano Estratégico denominado Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), que no tempo oportuno virá à Assembleia Municipal. No que concerne ao Plano Estratégico informou que houve à volta de vinte pessoas que mostraram interesse por esse Plano Estratégico e na segunda quinzena de setembro será feita com as pessoas que se mostraram interessadas, entre as quais também esteve o Senhor Presidente da Assembleia, será apresentado porque já têm o esquema genérico, com os eixos de intervenção que também deverão ser apresentados em setembro e que esperavam que depois também fossem consolidados favoravelmente.-----

Explanou que a ARU é benéfica, só traz para a Câmara trezentos mil euros (300.000,00€), as outras verbas são para os privados que não têm limite, fazem o pedido de financiamento, o Banco Europeu de Investimentos vai dar a possibilidade de fazer empréstimos a longo prazo, com juros baixos e com período de carência. Referiu que isto é que era importante que as pessoas soubessem e é isso que se pode transmitir, que escusam de estar à espera do PARU, podem começar a intervir e concorrer, porque a simples deliberação da Assembleia com a publicação no Diário da República já legitima as pessoas para poderem intervir relativamente a esta matéria.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explanou que se pretende juntar ao processo e ao investimento da ARU o PERID em revisão, porque o que se deseja é qualificar e para qualificar disse, que terá que se ter as energias renováveis devidamente consolidadas, deve-se ter a autossuficiência dos prédios tanto quanto possível e é nesse sentido que o PERID também intervirá, no sentido de por um lado dinamizar a economia e por outro lado também dar qualidade de vida às pessoas e às residências que têm. Aludiu que se juntando este programa à ARU, se tal for bem divulgada e terá que o ser através dos empreiteiros e através das pessoas interessadas na área de intervenção, disse estar convencido que irá ter alguma expectativa.-----

Lamentou que para Sameiro e Vale de Amoreira não seja possível criar a ARU, o Município tinha pensado criar duas Áreas de Recuperação Urbana em Manteigas, uma em Sameiro e outra em Vale de Amoreira, infelizmente estas duas últimas não podem ser realizadas, não tem qualquer efeito prático, o que é de lamentar porque a população de Sameiro e de Vale de Amoreira mesmo que queiram ir ao Banco de Investimento Europeu (BEI), para fazer as recuperações dos seus imóveis o BEI não lhes empresta financiamento, por não serem abrangidas por estas ARU's. Explicou que tal advém de uma indicação expressa pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), contrariamente ao que acontece com a região Sul, Alentejo e o Norte.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos aludiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha falado em três prioridades principais: a Biblioteca, o Posto de Turismo e o telhado da Sotave, tendo referido que este último tinha fibrocimento. Indicou que embora não tivesse grande conhecimento nesta área, mas o que sabia é que o amianto provoca cancro a nível pulmonar e da pleura. No que concerne ao fibrocimento, disse que julgava que é lusalite que provoca esses problemas de saúde, sendo que existiam vários tipos de fibrocimento, os que têm amianto e os que não têm amianto.-----

Neste sentido questionou se o Município analisou os telhados da Sotave, porque era importante verificar se realmente é uma prioridade, para não se investir em algo que não esteja constatado, deu o exemplo que ele enquanto cirurgião não podia operar se não fizesse o diagnóstico correto, porque depois pode haver falhas, portanto era importante primeiro o Município confirmar se os telhados da Sotave tinham amianto antes de se fazer este investimento.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explanou que o cuidado que houve não foi tanto nem em substituir esse material, foi em depositá-lo, porque o material dos telhados tinha mesmo essas características, todo tinha amianto.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que todo o material dos telhados da Sotave tinha amianto, contudo frisou que só quando manipulado é que esse problema do fibrocimento com amianto causa problemas, quando é manipulado e a quem o manipula.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares questionou o Senhor Presidente da Câmara através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa se não ia haver uma ARU com estas semelhanças para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sameiro e Vale de Amoreira, contrariamente ao que era espectável quando foi aprovada a ARU do Centro Histórico de Manteigas. Perguntou o motivo de tal não acontecer.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que a CCDRC proíbe que para fora das sedes de concelho haja ARU's. Aludiu que o Município de Manteigas vai constituir uma ARU, identificar quais são os edifícios que precisam de recuperação, de intervenção, não tem é qualquer tipo de incidência em termos das benesses, não tem retorno de investimento, nem benefícios em termos de IVA, IMI e IMT.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares questionou com que fundamento CCDRC determinou isso, porque no seu ponto de vista não era minimamente aceitável, considerou uma discriminação do território que não tinha o mínimo de cabimento.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que as regras do Plano 2020 determina que assim seja, no que concerne à discriminação tudo era discriminação, uma vez que as grandes cidades recebem catorze milhões (14.000.000,00€) e os meios pequenos como Manteigas recebem trezentos e setenta mil euros (370.000,00€).-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria, verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos colocou a **proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Frente Ribeirinha do Zêzere e da Área de Atividades Económicas de Manteigas** à votação tendo sido **aprovada por maioria com uma abstenção**.-----

-----PONTO 3.4-----

RETIFICAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2016, NO QUE RESPEITA À IDENTIFICAÇÃO DA DIVISÃO  
----- DE PLANEAMENTO DE OBRAS E URBANISMO (DPOU) -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra e disse que não tinha qualquer dúvida neste ponto, contudo onde se lê: "*Divisão de Obras*", explicou que já não se lê, devia-se ter lido, porque na página quarenta e sete, já não está esta designação e a terminologia já está atualizada: *Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo*. Declarou que não concordava com a designação deste ponto da Ordem de Trabalhos, *Retificação ao Mapa de Pessoal*, invocou que não se tratava de uma retificação ao mapa de pessoal, era apenas uma retificação da nomenclatura utilizada no mapa de pessoal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum dos Senhores Deputados desejava intervir sobre este assunto verificando que não havia inscrições para intervir sobre a matéria colocou a **Retificação ao Mapa de Pessoal de 2016, no que respeita à identificação da Divisão de Planeamento de Obras e Urbanismo (DPOU)** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----PONTO 3.5-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

-----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava intervir sobre a matéria. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos as deliberações do **ponto três um, ponto três dois, ponto três três e ponto três quatro**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por maioria, com uma abstenção**, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra disse que tinha uma declaração de voto para apresentar. Declarou que o seu voto foi de abstenção pelas razões evocadas na discussão relativa ao ponto três um da Ordem de Trabalhos.-----

### -----PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra referiu que gostaria apenas de registar neste ponto o que constava na página vinte do documento que tinha sido distribuído, onde se pode verificar que a dívida a curto prazo a fornecedores da Câmara Municipal de Manteigas, na data em que foi distribuída, é apenas de nove mil seiscentos e dez euros e setenta e dois cêntimos (9.610,72€) ao contrário daquilo que acontecia há algum tempo a atrás. Tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido que atualmente o Município estava a pagar a quinze dias aos fornecedores.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra referiu que sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara tinha apenas duas pequenas intervenções a fazer: uma dizia respeito ao facto de na página dez, em *Ações Programadas*, ponto dois, *Preparação para visto prévio do Tribunal de Contas*, finalmente se verificar uma série de preparação de candidaturas, que julgava que em princípio já estariam pré-candidatadas ou mesmo aprovadas.-----

Enumerou que as candidaturas são às Aldeias Históricas, à Associação Aldeia Histórica de Portugal, Associação de Desenvolvimento Turístico, Rede de Judiarias, Rota SEFARAD, Associação Geopark Estrela, iniciativa Beira Social e Associação para o Desenvolvimento Rural Rede das Aldeias de Montanha. Questionou se estas candidaturas são candidaturas da Câmara de Manteigas a estas várias Associações ou se são as candidaturas das próprias Associações.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra recordou que o órgão deliberativo tinha aprovado a adesão a estas Associações, nestas diversas configurações, contudo era obrigatório de acordo com a nova legislação, que o Tribunal de Contas se pronuncie, na medida que pode trazer ónus e encargos para a Câmara Municipal. Por esse motivo o Município tem que dar as justificações e apresentar os motivos de integrar estas associações.-----

Nesse sentido foi proposto remeter-se ao Tribunal de Contas para validar a integração da Autarquia nestas Associações, designadamente no Geopark, nas Aldeias Históricas, Aldeias de Montanha, trata-se da preparação para ser remetido ao Tribunal de Contas.-----

Tendo o Senhor Presidente da Mesa questionado se não havia candidaturas, ao que o Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Presidente da Câmara indicou que havia candidaturas, já tinham sido apresentadas as respetivas fichas de candidatura, disse que contudo os dinheiros são parcos e estava longe de já ter sido aprovada alguma verba para estas próprias Associações.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa dando continuidade à sua intervenção disse que lhe aprazia registar que havia a hipótese de um Plano de Comunicação, questionou se essa verba de trinta e quatro mil euros (34.000,00€) mais IVA se destinava à elaboração do Plano de Comunicação ou já era o Plano de Comunicação propriamente dito. Aludiu que no seu ponto de vista com trinta e quatro mil euros (34.000,00€) não se podia ir muito longe, contudo era um primeiro passo, nomeadamente se for para a divulgação dos percursos pedestres, uma vez que era a única matéria que verificava que neste momento tinha possibilidade de ser comunicada e divulgada.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explanou que um Plano de Comunicação é aquilo que o Município tem e que todas as empresas devem ter. Declarou que o Município já abriu as possibilidades relativamente a essa matéria, já fixou qual era a grande mensagem: "*Manteigas Vale por Natureza*", portanto esta era primeira parte. Explicou que agora iam identificar como é que se vai fazer o Plano de Comunicação, quem é que comunica, as cores da comunicação, em suma era fazer o programa de Comunicação e Marketing, no sentido de serem utilizadas sempre as mesmas configurações relativamente a Manteigas, com vista a criar um Plano que nos identifique no público, sendo que não era apenas para *Green Tracks*, de facto neste momento Manteigas está muito mais publicitada.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que tinha ficado esclarecido, questionou se mais alguém desejava usar da palavra, verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria deu como encerrado este ponto da Ordem de trabalhos.-----

### -----PONTO 5.-----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa saudou a Câmara por finalmente terem sido colocadas flores novas, tendo sido retiradas aquelas que tinham sido colocadas no mandato do anterior executivo. Declarou que ainda faltava fazer muito mais, não bastava somente o embelezamento do jardim da vila e da rotunda à entrada de Manteigas.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra disse que queria pedir desculpas públicas ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, porque relativamente ao mapa da ARU tinha feito uma análise incorreta, de facto não havia nada dentro da Freguesia de Santa Maria, é tudo em São Pedro, por isso pediu desculpa pela sua falha. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia que estava a agilizar os trabalhos da Assembleia de modo a conseguir que esta sessão terminasse antes da meia-noite.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro cumprimentou todos os presentes. Aludiu que nesta sessão não ia falar na água, que já corre no povo de Sameiro, uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

vez que já foram assinados dois contratos, informou que não foram assinados mais por uma questão de poupança. Indicou que as floreas dos jardins e as árvores estavam de saúde, embora houvesse pessoas que ainda as iam partindo, mas isso era uma questão de cidadania.-----

Invocou que não ia criticar a ausência de projetos já solicitados à Câmara Municipal, nomeadamente o Chão da Cal, o Pontão da Canada, o tanque público que falta na Fonte de São João, porque a água brota ali todo o ano gratuitamente, disse que foram projetos solicitados ao Município e que não tiveram resposta. Referiu que já tinha deixado de contar as carrinhas que passam de norte a sul e vice-versa na Estrada Nacional 232, disse ter conhecimento para onde é que iam, mas nada disso já causava mágoa ao executivo ao qual preside, afirmou que mantinham-se conformados e conscientes das suas resistências e das suas possibilidades. -----

Explanou que a sua intervenção prendia-se com dois assuntos, informou que há cerca de quinze dias quando estava a preparar o percurso para a formação de professores, deparou-se com um pontão no percurso que pertence à Câmara Municipal, na área de contacto entre o xisto e o granito, no poço do Inferno, que possivelmente a Câmara não o teria terminado, nesse contexto aludiu que tinha falado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e a questão foi resolvida prontamente e o pontão ficou pronto, por esse motivo felicitou publicamente seu colega autarca da Freguesia de São Pedro.-----

Referiu que existe um geossítio muito importante na área de Leandres, no percurso do Poço do Inferno até ao Skiparque, há muitas escolas que o fazem e há muitos professores e muitos especialistas que ficam admirados quando lhe mostrava esse local, inclusivamente a revista dos Amigos da Serra da Estrela já apresentou um estudo universitário, realizado por pessoas muito conceituadas sobre os depósitos geoglaciários que têm mais de dez mil anos. Explanou que é muitas vezes referido que o concelho não possui castelos, disse ser verdade no entanto temos coisas naturais muito valiosas. Invocou que nesse local só a saibreira destoa na paisagem, contudo nada havia a fazer a não ser simplesmente não voltar a retirar saibro desse local, sendo esse um pedido que fazia, porque de facto existe nesse local uma marca, um depósito geoglaciário.-----

Por último referiu que não queria magoar ninguém, contudo já não era a primeira vez que se colocava em questão a competência das pessoas, considerou que não havia ninguém nesta Assembleia que consiga passar um certificado de competência a alguém, em termos políticos quem passa os certificados de competência é o povo, por isso é que todos estavam presentes nesta sessão, devido aos votos que obtiveram.-----

Afirmou que na sua opinião o Senhor Presidente da Assembleia pela calma que possui, pela sua sensatez, é uma pessoa muito competente, sendo que já tinha acontecido mais do que uma vez, quer em sessões da Assembleia que decorreram em Manteigas, quer em Sameiro ocorrerem determinados afloramentos verbais, que não ficam bem a quem os pronunciava, sendo que não fazia parte do seu ADN, assim como não gostava dessas situações, ficando muito triste e





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

magoado. Assim sendo, declarou que na freguesia que preside, dentro das competências que lhe estão investidas e até como pessoa e pelo tempo que lhe restava à frente da Freguesia de Sameiro, tinha que dizer que estava solidário com as funções que o Senhor Presidente da Assembleia desempenha, com muita competência, até porque o povo falou, os votos falam por si e números são números.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganiha pediu a palavra, explanou que tinha uma questão que voltava a incidir novamente na Associação Manteigas Solidária e prendia-se com o protocolo que foi celebrado entre a Câmara Municipal e essa Associação relativamente ao Gabinete de Inserção Profissional (GIP), que inclusivamente tinha sido aprovado por este órgão deliberativo.---- Aludiu que se a Câmara Municipal de Manteigas assinou um protocolo com a Associação Manteigas Solidária e esta viu aprovada a sua candidatura ao GIP e visto também que constava do Regulamento do GIP um eixo para promoção do emprego, do empreendedorismo e afins, aludiu que pelo menos pensava que fosse nesse sentido, mas como já se tinha verificado não foi. Assim sendo, alegou que compreendia se a Associação Manteigas Solidária tivesse publicado no sentido de entidade promotora do GIP, inclusivamente disse ter consultado a página do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), onde consta que o Gabinete de Inserção Profissional pode e deve desenvolver entre várias atividades “ações de apoio à procura ativa de emprego e captação e divulgação de ofertas de emprego”, que foi o caso, assim sendo já conseguiria ver uma ligação, tal não significando ficava ao critério de quem assim o decidir.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra, no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro sobre o pontão, disse que queria prestar uma informação que considerava ser útil, uma vez que há muitas pessoas que apreciam fazer caminhadas nos percursos pedestres. Alertou que no percurso do Covão de Santa Maria existe um pontão que está completamente submerso devido ao inverno passado, que foi muito chuvoso e porque no verão de dois mil e quinze o incêndio florestal que atingiu toda a zona envolvente, fez com que as encostas ficassem despidas do arvoredo e algum material ardido descesse as encostas em direção ao rio, tendo esse pontão servido de retenção a toda essa matéria, que com a pressão acabou por ceder e ficar submerso pela água. Sugeriu que ou o pontão é arranjado ou esse percurso devia ser encerrado.-----

No que concerne aos mapas que fundamentam a ARU que foi apreciada nesta sessão, disse que ia falar em nome da Freguesia que preside, porque tinha quase a certeza de que não haverá nenhum habitante da Freguesia de Santa Maria que não respeite a Carta Administrativa Oficial Portuguesa (CAOP), mas não concordam com a mesma. Porque existiam muitas dúvidas relativamente às partilhas. Considerando a CAOP, o mapa da ARU está integrada na Freguesia de São Pedro, respeitam tal facto e nem sequer era objeto de discussão, simplesmente não concordam com a CAOP.-----

Recordou que tinha terminado as duas últimas sessões com o mesmo assunto e do mesmo modo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nesta sessão não ia falar sobre o mesmo, disse que ia falar de um modo genérico e pegando em algumas maleitas do concelho de Manteigas, que não era preciso identifica-las, porque eram de conhecimento de todos, como a desertificação humana, a desertificação da pastorícia. Disse que na sua opinião o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), como instituição que é, não tem respeitado e até tem discriminado negativamente o concelho de Manteigas, sendo que os representantes do poder autárquico do concelho deviam ter uma atitude um pouco mais atenta, um pouco mais reivindicativa junto desta entidade.-----

Afirmou que se devia mostrar que a população já cá estava antes de o PNSE existir e que são as pessoas que amam esta terra e que a protegem, incluindo o património natural. Aludiu que os Senhores do PNSE não devem seguir à risca ou rigorosamente o Plano do Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, sendo que deveriam ter uma presença física muito próxima da população, dialogarem connosco, discutirem os nossos problemas e encontrar em conjunto soluções dentro do próprio Plano de Ordenamento e dentro das nossas ambições para aquilo que Manteigas tem. Disse que nos últimos anos esta atitude do PNSE tem causado inúmeros problemas à região da Serra da Estrela.-----

Informou que oito dias antes da data desta sessão, houve uma Ação de reflexão sobre o Parque Natural da Serra da Estrela, uma análise de esclarecimento, onde estiveram presentes também o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Primeiro Secretário desta Assembleia e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, não houve muita gente, mas as pessoas que vieram eram maioritariamente Autarcas de Freguesias e de Câmaras da Região da Serra da Estrela e foram unânimes quanto à insatisfação que sentia relativamente à prestação dessa instituição. Afirmou que atualmente o PNSE não corresponde àquilo para que foi criado, nem corresponde às expectativas de quem governa a Região da Serra da Estrela.-----

----- O Senhor Deputado António Miguel no uso da palavra recordou que em relação ao Skiparque tinha apresentado uma questão na sessão pretérita, à qual o Senhor Vice-Presidente respondeu um pouco pela rama, que a rescisão do contrato iria acontecer entre junho ou julho. Perguntou se mantinha o que tinha dito. Isto porque se a rescisão acontecesse entre junho ou julho, sendo que fez votos para que tal não sucedesse, tratar-se-ia da época alta e quem esperou até este momento também podia esperar até ao final do verão para resolver este problema.-----

Aludiu que no fim-de-semana de oito e nove de julho do ano em curso Manteigas teria um fim-de-semana muito rico em atividades, iria ter lugar o *Gran Fond*, a Feira Antiga e o aniversário da Banda Boa União, nesse seguimento apelou para sempre que fosse possível este tipo de iniciativas serem diluídas em outros fins-de-semana. Explanou que Música Velha faz sempre anos a oito de julho, portanto sabia-se que nesse fim-de-semana existiria sempre a comemoração dessa efeméride, que por si só já é um grande evento, portanto o *Gran Fond* e a Feira Antiga podiam eventualmente ser encaixados em outros fins-de-semana, de forma a não sobrelotar um só fim-de-semana com várias atividades e os seguintes não terem nada.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por último disse que para responder aos comentários que alguém tinha feito por causa das ajudas de custo, foi referido a palavra “roubar”, contudo ele nunca tinha falado em “roubar”, nem a sua veia mais esquerdista utilizaria uma expressão dessas. Afirmou que nunca diria que alguém quis roubar alguma coisa à Câmara Municipal, da mesma forma como não punha em causa a legalidade das mesmas, colocava sim em causa a imoralidade da questão em si. Declarou que ataques pessoais nunca os tinha feito nas sessões do órgão deliberativo, disse citando: “*não os trouxe, não os trago e espero, como diz um amigo meu: “Nosso Senhor me dê juízo até à hora da morte”, espero não os trazer para esta sede.*”-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho referiu que na informação do Senhor Presidente da Câmara verificou que Serviço Médico-Veterinário/Inspeção Sanitária tem tido alguma atividade no que concerne ao canil. Disse que reconhecia as dificuldades financeiras da Câmara, e que por isso queria deixar o exemplo de uma Câmara que teve a possibilidade de fazer uma campanha de esterilização de gatas, em que à medida que eram esterilizadas era-lhes cortada a orelha, como forma de identificarem que aquele animal já tinha sido submetido a essa intervenção. Informou que este procedimento tinha como objetivo controlar aquilo que o abandono do Centro Histórico tinha criado, que era uma casa de gatos.-----

Mencionou que quando nesta data, por lapso, se estava a dirigir para o edifício da Câmara para a sessão da Assembleia, tinha encontrado quatro gatos a comer em frente ao *Café do Tó*, o que traduz um pouco o cenário que se vive no Centro Histórico, reiterou que conhece o parco orçamento do Município e por esse motivo deu o exemplo desta campanha. Aludiu que tinha conhecimento que os *microchip's* estavam a ser oferecidos, portanto podia-se ponderar em aplicar esta solução em Manteigas. Disse que deixava apenas este pequeno reparo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho que o reparo estava mal dirigido, porque quem tem atualmente o licenciamento dos gatídeos e dos canídeos são as Juntas de Freguesia. Informou que a Câmara tem a obrigação de dar seguimento aos animais que forem declarados selvagens e errantes e nesse sentido o Município de Manteigas tinha um contrato com uma empresa da Covilhã, em que a Autarquia tem os frigoríficos para colocar os cadáveres dos animais abatidos, que depois são recolhidos por essa empresa.-----

----- O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho explanou que desconhecia que tal era da competência das Juntas de Freguesias, mas como se tinha lembrado desse exemplo deixou a sugestão como forma de solucionar o problema.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra referiu que em relação à questão das ajudas de custo, alguns valores são o que são e disse que começava por fazer *mea culpa* porque de facto nunca se tinha apercebido dos mesmos. Reparou que o seu nome vinha logo na primeira página e disse que de facto os valores nos transportes são um bocadinho elevados, alegou que da mesma forma que não lhe custava a reconhecer isso, também dizia que nestes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

onze anos que pertencia à Assembleia Municipal sempre assinou boletins itinerários em branco, não fazia ideia de quem os preenchia, quais são os valores que eram submetidos, contudo isso não invalidava que não tivesse responsabilidade sobre isso.-----

Alertou que todos deveriam olhar para estes dados com alguma atenção e perceber as implicações que isso tem no parco orçamento do Município. Agradeceu ao Senhor Deputado António Miguel por trazer este assunto à colação e no seu ponto de vista não devia ficar esquecido. Disse que deviam todos refletir sobre ele e tirar as devidas consequências.-----

A propósito daquilo que foi decorrendo ao longo desta sessão e o que já trazia para questionar, referiu que ia começar pelo tema do Parque Natural da Serra da Estrela. Informou que tinha também recebido um convite para essa Ação de reflexão sobre o PNSE, mas como o tinha recebido muito em cima do acontecimento e já tinha assumido outros compromissos não teve oportunidade de estar presente, o que lamentou porque disse que há muitos anos que era um crítico daquilo que é o Parque Natural da Serra da Estrela, porque aquilo que inicialmente se via como um elemento de importante desenvolvimento, transformou-se há muito tempo num entrave ao desenvolvimento, sendo que já tinha sido reconhecido nesta Assembleia, através de várias moções aprovadas, sendo que a última foi proposta pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, que recordou que teve o prazer e sentiu a obrigação de subscrever, em conjunto como Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria.-----

Explanou que de facto este PNSE é a antítese daquilo que deveria ser, não é um fator de desenvolvimento, é um entrave para Manteigas e era pena que assim fosse. Mencionou que na sua opinião o PNSE tinha tudo para ser um fator de sucesso nas nossas terras, pela nossa postura, pela nossa capacidade, por tudo o que sempre preservamos para que há quarenta anos o Parque Natural fosse feito. Invocou que os nossos antecessores, que não tinham lei a regê-los nesta matéria e nem tinham o PNSE conseguiram preservar de forma exemplar aquilo que temos hoje, sem precisarem das regulamentações que atualmente eram impostas estupidamente. Solicitou que o Senhor Presidente da Câmara ou alguém do órgão executivo, que tenha estado presente nessa reunião, transmitisse de uma forma sucinta alguma conclusão que daí tenha saído.-----

No que diz respeito à questão de não ter sido inserida na ordem de trabalhos o tema do Complexo da Relva da Reboleira, recordou o Senhor Presidente da Mesa de que na página 632 da Ata de fevereiro, que foi aprovada na última sessão, é explanado que na sua intervenção que tinha pedido ao Senhor Presidente da Mesa a introdução desse ponto e embora não constasse da Ata, tinha a certeza que o Senhor Presidente da Assembleia tinha anuído a inserção deste ponto na Ordem de Trabalhos. Explanou que a sua intervenção foi suficientemente clara, no sentido de solicitar que passados seis anos sobre a deliberação de aprovar a concessão de exploração do Complexo da Relva da Reboleira, o órgão deliberativo devia fazer um ponto da situação, um balanço sobre a concessão do Complexo. Fez votos que o Senhor Presidente da Mesa na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

próxima sessão em Setembro incluisse esse tema na ordem de trabalhos, contudo se achasse por conveniente que era necessário fazer este pedido de forma escrita, não teria qualquer dificuldade, só não o tinha feito na altura porque achou que todos se entendiam a falar.-----

Por último informou que no fim-de-semana imediatamente a seguir à data desta sessão decorreria em Sameiro a décima oitava edição da subida do Vale do Sameiro, uma prova de atletismo já com crédito firmado, que contava com a presença de um atleta olímpico, Paulo Gomes, a campeã nacional de maratona Rosa Madureira e o campeão nacional de montanha como cabeças de cartaz. Neste âmbito convidou todos os presentes para se associarem a esta atividade do Grupo Desportivo de Sameiro, na caminhada ou então na distribuição de prémios e no almoço convívio, que teria lugar cerca das treze horas, no parque da Relva da Reboleira. Realçou que era uma atividade cujos recursos são diminutos e ainda assim conseguiu trazer cabeças de cartaz de nível nacional.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra esclareceu que relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Manuel Carvalhinho no que concerne aos gatos, de facto a Junta de Freguesia era quem fazia o registo de gatos e cães. Explicou que os antigos Guardas Florestais, que foram agregados pela Guarda Nacional Republicana, fazem a fiscalização de licenciamento e quando há coimas a Junta faz o resto do processo, ou seja, notifica o infrator e aplica a coima. Relativamente à parte da sanidade ou relativamente ao crime público que é o excesso de gatos e cães entre outros animais, indicou que a Junta de Freguesia nem tem meios nem competências para atuar nessa área, no seu ponto de vista é uma competência da veterinária da Câmara Municipal.-----

Referiu que o excesso de gatos e de cães que de vez em quando se verifica, inclusivamente no dia em que decorreu esta sessão tinha sido informado que em algumas casas abandonadas do Centro Histórico há muitos ratos. Explanou que a situação de haver muita casa abandonada dá origem a isto, continuou dizendo que teria que pensar-se numa política de forma a combater esta situação. Indicou que um outro caso que também já lhe foi reportado e que já se repetiu várias vezes, prende-se com uma cadela vadia que já teve por diversas vezes ninhadas na zona do Cimo da Vila, na Casa Rota. Explicou que a Câmara tem tomado algumas medidas, mas não têm sido suficientes porque a situação continua a repetir-se.-----

Frisou que a ideia de descentralizar as sessões era ótima, era bom uma das sessões decorrer em Sameiro, assim como Vale de Amoreira. Embora soubesse que a Freguesia que preside é urbana, colocou à disposição do órgão deliberativo as respetivas instalações, para que se fosse do entendimento poder ser realizada aí uma sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que pretendia apenas esclarecer o Senhor Deputado Nuno Soares, que o Senhor Presidente da Assembleia não se substituiu a nenhum Deputado, no ato de fazer a inscrição de um ponto na Ordem de Trabalhos que pretende ver discutido, portanto era errado pensar que o Senhor Presidente da Mesa se tivesse escusado a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fazer a introdução desse ponto na ordem de trabalhos. Afirmou que estava disponível para a aceitar de qualquer membro da Assembleia a inscrição de um ponto, contudo não podia ser substituído por quem deseja discutir um determinado assunto, seja qual for o tema.-----

O Senhor Deputado Nuno Soares disse que já tinha feito esse pedido verbalmente, questionou se tinha que fazer esse pedido de forma escrita. Tendo o Senhor Presidente da Mesa confirmado que tinha de ser solicitado pela via escrita. Verificando que o Senhor Presidente da Câmara pretendia intervir para prestar esclarecimentos sobre as questões levantadas pelos Senhores Deputados, concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara declarou que o teletransporte do Skiparque sempre esteve licenciado. Explicou que quando o concessionário pretendeu levantar problemas relativamente aos incumprimentos que tinha, foi buscar um documento que existia ainda antes do referido licenciamento, posteriormente a Câmara comprovou ao concessionário que estava tudo devidamente licenciado. Relativamente ao processo de incumprimento das rendas referiu que o processo foi instaurado, já foram feitas as notificações, foram pedidas explicações sendo que o Município estava aguardar, estava a seguir a tramitação normal em termos jurídico/contentenciosos.-- Explicou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro que a relação entre as Juntas de Freguesia e Câmara não é essa relação que ele propôs, não há pedidos feitos à Câmara. As Juntas de Freguesias têm autonomia, foi feita uma delegação de competência, isto independentemente da colaboração que possa existir. Aludiu que o que se pede é a colaboração da Câmara Municipal, sendo que para além daquilo que está contratualizado, todos estavam no sentido de tentar dividir o mal pelas aldeias, e as Contas embora não tenham sido aprovadas, mas eram prova de que o Município tem estado a colaborar com as Juntas Freguesia para além daquilo que está contratualizado.-----

No que diz respeito ao que está contratualizado fez alusão a uma notícia publicada no Jornal de Notícias de Manteigas, a partir de um autor que está perfeitamente identificado, onde era referido que a Câmara tinha imposto à Junta de Freguesia de Sameiro que fizesse o aluguer de contador, quando o que foi acordado foi que cada Junta de Freguesia faria a requisição dos contadores que entendesse necessários e suficientes para o efeito. Disse que o mais grave é que faz a comparação de Sameiro com Vale de Amoreira, quando foi dito exatamente o mesmo às quatro Juntas de Freguesia. Recordou que tinha saído uma brincadeira escrita, com desenhos animados relativamente aos contadores, afirmou ser algo de mau gosto, que certamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não tinha qualquer culpa relativamente a este tipo de atitudes sem qualquer fundamento e que depois acabam por ser replicadas no Jornal. Frisou que através de si não havia diferenciação relativamente aos diversos Presidentes das Juntas.-----

No que concerne à Ação de reflexão sobre o PNSE, o Senhor Presidente da Câmara referiu que esteve presente, informou que foi um processo liderado pelo Senhor Deputado do Partido Socialista Santinho Pacheco, que tinha falado consigo no sentido de este trabalho sobre o Parque



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Natural da Serra da Estrela ser realizado em Manteigas, no concelho onde está a sede desta entidade e de alguma maneira lhe pediu que fossem os interventores. Indicou que na mesa de moderação do processo, tinha estado ele próprio, o Senhor Deputado Santinho Pacheco, o Senhor Doutor Alberto Martinho, que foi o primeiro diretor do Parque Natural da Serra da Estrela.-- Explicou que fez uma modesta apresentação, onde tentou fazer uma história da legislação, mesmo antes do 25 de Abril. Expôs que a legislação relativamente às áreas protegidas, já preconizava que houvesse uma perequação para proteger as pessoas que residem em áreas, que de alguma maneira ficam limitadas por serem definidas como áreas de proteção, porque não se pode fazer na nossa área de proteção o que se faz em qualquer outra área e portanto já em mil novecentos e setenta e três esta matéria estava identificada. A Constituição da República Portuguesa disse isso exatamente, que as pessoas e as áreas protegidas têm que existir, mas com proteção às pessoas. Indicou que teve a oportunidade de fazer essa história e quis chegar a dois mil e oito, porque se a situação já não estava bem até essa data, a nova legislação de dois mil e oito veio gerar agremiação e fizeram a divisão dos Parques, não propriamente na individualidade da área protegida, mas fizeram ligações norte/sul, este/oeste, com montanha e com o mar.-----

Portanto a Região da Serra da Estrela tem um pseudorepresentante em Viseu, que de alguma maneira vai até ao Alentejo. Explanou que se tal não fosse suficiente ainda juntaram as chamadas Florestas, agora denominado Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), se a situação não andava bem ainda se degradou mais ao juntaram dois Ministérios que são completamente distintos e duas pessoas a ordenar na direção nacional dos Parques, uma ordem vem do Ministro da Agricultura, outra vem do Ministro do Planeamento. Informou que nessa sessão estiveram também presentes o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vereador Paulo Estrela, esteve também o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia, sendo que reportaram todas as queixas e críticas em casos concretos de Manteigas.-----

Explicitou que foi apontado diretamente a situação dos dois Covões, o Covão da Ametade e o Covão da Ponte, que enquanto foram do Parque Natural, porque o Estado não precisa de licenciar nada, mesmo junto da Câmara, pode ou não comunicar, mas não precisa de licenciar, por isso enquanto estas zonas estiveram sobre a alçada do PNSE, fizeram o Parque do Covão da Ponte com balneários, zona de receção e espera, zona de atendimento e não precisaram de licenciamento, quando passou para os Baldios já precisa de um licenciamento e o PNSE invoca que o licenciamento não pode ser feito, na medida em que o local está numa zona de reserva de grau três. Aludiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria tiveram o cuidado de refletir sobre essas matérias.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Informou que todos estavam contra o Facto de o PNSE não cumprir aquilo que entendemos que devia de ser cumprido, o Senhor Deputado Santinho Pacheco disse que ia apresentar as conclusões e o processo, tendo inclusivamente ficado com o documento que serviu de base à sua intervenção e que lhe disse que o ia apresentar ao Senhor Ministro do Ambiente. Referiu que todos estavam em consonância e não concordavam com a intervenção que está no Plano do PNSE.-----

Comunicou que foi eleito por todos os representantes das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesias, interventores ao nível dos Baldios, ao nível das matas, foi designado e eleito Presidente do Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Estrela. Indicou que na última reunião tinha proposto ao representante do Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, ao Senhor Diretor o Engenheiro Rui Melo, para apresentar o Plano Estratégico porque precisavam de um Plano Estratégico, tendo obtido a resposta de que não eram obrigados a apresentar Planos Estratégicos. Neste seguimento o Senhor Presidente da Câmara referiu que tinha comunicado que também não era obrigado a estar ali sem um Plano Estratégico e a presidir um Conselho que precisava de uma estratégia, tendo comunicado ao Senhor Engenheiro Rui Melo que na próxima reunião não estaria presente caso não houvesse um Plano Estratégico.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara explanou que relativamente ao Complexo da Relva da Reboleira foi manifestada a intenção de denúncia do contrato, o concessionário respondeu às questões que foram formuladas pelo Município, havia alguns incumprimentos. No que concerne às programações, aludiu que é sempre difícil conciliar as várias atividades. Disse que a Comissão da Feira Antiga reunião com a Comissão organizadora da Festa de São Pedro e não foi possível conciliar a festa de São Pedro com a Feira Antiga, obrigando que esta última fosse realizada no fim-de-semana seguinte, em que já estavam agendadas atividades. Considerou que que havia atividades que eram complementares, não faziam concorrência às outras, a Feira Antiga poderia fazer concorrência à Música Velha no dia oito de julho, mas era só nesse dia. Explicou que nem sempre é possível arranjar datas para conciliar todos os interesses das várias entidades.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que fazendo uma síntese desta sessão, diria que talvez o mais importante foi uma afirmação feita pelo Senhor Presidente da Câmara de que vamos ter um projeto da Praça Central da Vila de Manteigas. Verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às zero horas e dez minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e dezasseis. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

-----

-----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Presidente da Mesa

António Manuel de Lemos Santos

O 1º Secretário da Mesa

Daniel António Quaresma Costa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

